

A SOCIOLOGIA RURAL NO BRASIL I *

José Arthur Rios
Sociólogo

PRIMEIRA PARTE:

EVOLUÇÃO DA SOCIOLOGIA RURAL BRASILEIRA

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Fernando de Azevedo parece-nos demasiado genérico ao caracterizar a primeira fase da história da sociologia no Brasil como tendo decorrido da segunda metade do século XIX até 1928 e ao apontar como sua principal singularidade a ausência de ensino e pesquisa. É verdade que, só em 1882, Rui Barbosa propusera, no seu magistral parecer sobre o projeto de reforma do ensino secundário e superior, a introdução da sociologia no quadro das matérias dos cursos de Direito. Suas razões são dignas de nota e válidas até hoje: reconhecia a sua natureza "não rigorosamente científica, é certo, na maior parte dos seus resultados, mas científica nos seus processos e nos seus intuitos". A seu ver ela viria substituir "a ideologia, o culto da abstração, da frase, da hipótese, pelos resultados da investigação experimental, do método científico".¹

* Este ensaio, a ser publicado em dois artigos, foi redigido em 1971, por solicitação do Escritório de Estatística, Análises e Estudos Econômicos (ESCO) do Ministério da Agricultura, como parte de um levantamento geral de situação das ciências sociais relacionadas com o desenvolvimento agrícola. Este artigo trata da Evolução da Sociologia Rural Brasileira e o segundo dos Problemas de Formação e Treinamento. O capítulo final do segundo artigo é uma tentativa de atualização dos principais acontecimentos no campo da sociologia rural, de 1971 a esta parte. As omissões involuntárias, resultam de deficiência de informação, e o autor está pronto a saná-las.

A evolução da sociologia rural em nosso país comporta quatro fases ou momentos distintos, conforme o tipo de estudioso e o grau de sistematização e maturidade científica de suas observações.

Chamemos à primeira fase sociográfica ou descritiva, à segunda pré-sociológica, à terceira especulativa ou de transição e à quarta, contemporânea, a propriamente sociológica. A primeira ocupa toda nossa era colonial; a segunda vai da Independência à Abolição; a terceira de 1889 a 1930, e a quarta, contemporânea, traz em seu bojo, futuras subdivisões, embora convenha esclarecer que essas fases não se sucedem rigorosamente, mas vão surgindo, uma da outra, num desdobramento ou conscientização progressiva. Ainda hoje há trabalhos meramente sociográficos, à margem do caudal científico, como há ensaios pré-sociológicos — classificação que não lhes exclui o valor intrínseco de material sociológico, nem justifica seu desprezo pelo sociólogo já na plena utilização do método científico.

A FASE DESCRITIVA

O principal característico dessa primeira fase é a apresentação e elaboração de informações sociológicas, à margem de qualquer método ou sistematização científica, mas que vai servir a sínteses e interpretações posteriores.

É a fase dos simples curiosos ou observadores que registram os fatos da nossa vida social e rural movidos por interesses diversos que não o da pura ciência. É toda uma fase de observação ingênua ou utilitariamente interessada, o que não tira a certos textos agudeza e precisão. Nessa fase preponderam documentos que constituem excelente *matéria sociológica*, embora raramente o autor tenha consciência do valor científico, ou sequer, do grau de generalidade de seus comentários.

Esses autores se incluíam plenamente no que um crítico chamou de "sociografia", restrita a expressão à descrição ingênua e pré-científica dos fatos sociais. É a "simples descrição da sociedade nas suas manifestações exteriores sem qualquer indagação de causas e efeitos ou de direções. Descrição feita ainda sem caráter científico, mera literatura social".²

Embora precárias, não há como fugir às classificações. Sem pretender ir a um estudo exaustivo, poderíamos dividir os autores dessa primeira fase, conforme sua objetividade e grau de sistematização, em vários grupos:

a) — O primeiro seria o dos meros *informantes*, autores de livros-fontes de caráter documental; funcionários, comerciantes e viajantes; cronistas e historiadores que, em função da missão ou da profissão, ou da formação, gênio ou poder intuitivo, interesse ou vocação reuniram informações sistemáticas e levaram mais longe a análise, legando-nos, em maior ou menor quantidade, páginas de interpretação da realidade social ou da vida rural.

Nesse grupo colocaríamos boa parte dos informantes, cronistas, viajantes que percorreram nosso interior até meados do século XIX. Desde o anônimo autor do *Diálogo das Grandezas do Brasil* até os funcionários da Coroa em seus relatórios; aventureiros e viajantes como Hans Staden; missionários empenhados no seu trabalho de catequese, sobretudo os Jesuítas em sua volumosa correspondência com os superiores hierárquicos; soldados ou homens do mar; — todos enfim, cujo principal interesse não é documentar a vida social e só o fazem em função de um objetivo para eles mais importante.

b) — Os *historiadores* se inspiram geralmente na concepção da história da Idade Média, na crônica, mero relato dos acontecimentos, geralmente compilação sem crítica dos documentos, oscilando entre o exercício retórico e a repetição exaustiva. No século XVI, Maquiavel e Guicciardini iniciaram um novo modelo de história, no qual os acontecimentos se projetam sobre o pano de fundo da sociedade e se esboçam indicações de formas sociais e econômicas. Mas só nos séculos XVII e XVIII Vico e Montesquieu propoem uma compreensão do processo histórico como resultado de leis naturais de causa e efeito, “relações necessárias que derivam da natureza das coisas”, — na definição famosa. Tudo isso só chegou muito tarde a nossas plagas. Os primeiros autores inspiram-se na historiografia portuguesa dominada pelo modelo da crônica medieval, resultando num relato parcial e interessado ou meramente retórico dos acontecimentos. No entanto, a situação nova do país não podia deixar de superar as limitações do método e é por isso que a leitura desses textos sempre traz informações úteis ao sociólogo interessado nas primeiras manifestações da sociedade rural brasileira.³

Entre os primeiros cronistas, onde podemos encontrar informações importantes sobre a vida dos primeiros colonos e a estrutura da sociedade, não se pode deixar de citar Gabriel Soares de Souza na sua *Notícia do Brasil*, a *História da Província de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gandavo, e principalmente os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de autor anônimo onde se encontram informações preciosas sobre o cultivo do açúcar nessa primeira fase de nossa colonização. *As Cartas do Brasil*, do Padre Manoel da Nóbrega, e os *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, de Fernando Cardim dão uma idéia da organização social da colônia e dos seus principais problemas.⁴

Entre os viajantes estrangeiros do primeiro século, cabe destacar os franceses André Thevet que esteve no Brasil em 1555 acompanhando Villegaignon na tentativa de ocupação da Guanabara. O mesmo aconteceu com Jean de Léry, este vindo em 1557 também para colaborar com Villegaignon. Esses livros têm, no entanto, pouco valor etnográfico e propriamente sociológico. Francisco Rodrigues Leite, depois de estudo minucioso de ambos os autores, chegou à conclusão de que o segundo plagiara o primeiro.⁵ Outro francês, Claude d'Abbeville, esteve no Brasil em 1612 e tratou do Maranhão no período em que seus compatriotas tentaram ocupar aquela região no norte brasileiro. Dos ingleses no primeiro século, de menor importância, é o relato de Anthony Knivet que acompanhou Cavendish no reconhecimento do litoral sul do Brasil.

No século XVII avultam os cronistas da ocupação holandesa em Pernambuco e Bahia. Apesar de ter se caracterizado essa tentativa de colonização pelo seu caráter urbano, certos depoimentos revelam aspectos importantes do plantio da cana e das relações sociais criadas entre o hinterland rural e o centro urbano do Recife. Nieuwhof, que passou nove anos no Brasil como funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, fornece-nos informações importantes sobre o problema do financiamento dos plantadores holandeses e sobre o endividamento dos proprietários rurais. Outra fonte importante para o conhecimento da vida rural nesse período é o livro de Gaspar Barléus, extremamente minucioso na descrição da vida urbana e rural. O relatório de Adrien Van der Dussen é outro repositório de informações sobre a situação da lavoura açucareira em Pernambuco, antes da invasão.⁶

c) — Os *economistas* que se preocupam, na fase anterior a Adam Smith, com a riqueza do Estado e, geralmente, seguindo as idéias dos Fisiocratas, defendem explícita ou implicitamente a tese do primado da agricultura. Suas considerações se situam no quadro geral do mercantilismo que dominou as metrópoles européias até o século XVIII e deixou profundas marcas na literatura e na política econômica das colônias mesmo após sua independência. Entre eles se destacam André João Antonil em cuja *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* encontram-se descrições admiráveis da economia açucareira e do funcionamento dos engenhos; Azeredo Coutinho em sua *Memória sobre o Preço do Açúcar* e, já no começo do século XIX, João Rodrigues de Brito sobre a transição da economia colonial para a nacional.⁷

Nessa categoria de informantes, cultos e atentos aos aspectos mais importantes do país e não só encantados pelo pitoresco, situa-se, com destaque entre os brasileiros, Luiz dos Santos Vilhena. *As Cartas Soteropolitanas*

representam o resultado de reflexão sobre a realidade da Bahia e do Brasil e não um mero acervo de dados. O livro obedece a um sistema de exposição e não se limita a compilação de informações, embora do maior valor.

Desses autores pode-se falar em sistematização, mas não em método científico propriamente dito. A questão não se coloca para esses observadores como não se coloca para seus êmulos bem avançado o século XIX.

Quando muito, algumas dessas obras se inspiram nos métodos e curiosidades de uma etnografia incipiente e das ciências naturais nascentes. As descrições etnográficas padecem de todos os vícios da época em que dominou a mais desvairada fantasia. Até o século XVIII, — isto é, até os estudos craniométricos e de anatomia comparada, a classificação das raças de Lineu, a obra de Buffon e a importância que atribuiu ao clima, à alimentação e aos costumes, a obra de Blumenbach que funda o verdadeiro método descritivo da etnografia — os autores que se ocuparam do Brasil repetiram os mesmos erros e, até Alexandre Rodrigues Ferreira, pode-se dizer que a etnografia permanecia no limbo da fase pré-científica.⁸ Limitam-se esses autores a descrições nem sempre verazes, onde a imaginação às vezes concorre com a objetividade e freqüentemente a supera. E' assim em Gabriel Soares, no Padre Fernão Cardim, em Jean de Léry, — de valor desigual, porém todos mais preocupados com a novidade do índio do que propriamente com o colono e sua aclimação ao novo habitat.

Os estudos do século XVIII só vão produzir frutos no século seguinte. Todo o avanço da literatura etnográfica vai refletir-se numa concepção da natureza que gera um novo tipo de cientista, um dos primeiros, — o naturalista. E' a linhagem a que pertencem Eschwege, o Príncipe Maximiliano, Spix e Martius, Saint Hilaire e tantos outros aos quais devemos as primeiras descrições sistemáticas do meio rural. Mais do que simples sociógrafos preocupam-se em estabelecer relações de causa e efeito entre os fenômenos.

Dentro de suas descrições gerais da fauna e da flora insinuam-se observações valiosas sobre o homem e a sociedade, primeiros vagidos de uma sociologia e de uma etnografia empírica. Constituem uma exceção. Na maioria, os viajantes desse período não possuíam sequer nível de instrução que os preparasse a desempenhar o papel de cronistas. E' grande, todavia, o caráter documental, informativo de certas obras. A descoberta desse material informativo, primeiro, como era de esperar, pelos historiadores, depois pelos sociólogos, constituiu elemento essencial na interpretação sociológica do Brasil. Que seria da obra de um Gilberto Freyre, de um Oliveira Vianna, de um Sérgio Buarque de Holanda, de um Caio Prado, sem o alicerce documental que

lhes proporcionaram esses livros de aberta curiosidade e desinteressado saber?

Em alguns nem tão desinteressado, se tomarmos a palavra interesse *latu sensu*. Visavam, às vezes, um cargo, uma prebenda, uma distinção qualquer, a conversão do gentio ou a glória literária. Muito poucos, os naturalistas aspiravam a uma descrição científica — nos moldes da ciência da época — da natureza, na qual, quando em vez, inseriam uma nota sociológica. Em suma, nesses informantes não é de esperar nenhuma interpretação sociológica, mas valem pela fidelidade na reprodução de dados, fatos ou cenas importantes da sociedade e, especialmente, do mundo rural brasileiro. Citados como fontes são às vezes mais do que isso, duplicando a visão despreconcebida do viajante ou do cronista na lente do naturalista ou do etnógrafo.

Situam-se à parte certos autores, muitos dessas mesmas categorias, que, no entanto, deixam marcado seu interesse na descrição de uma cena ou fato da vida social da Colônia. É o caso de um Padre Manoel da Nobrega, ou, já no limiar do século XIX, de um Vilhena.

Há autores nativos que escrevem por amor à terra mas que a vêem, não nos termos ditirâmicos de um Rocha Pitta, mas objetivamente com suas virtudes e mazelas sociais. E também estrangeiros, viajantes, alguns dos quais amaram o Brasil com amor de nacionais, prefigurando nesse afeto uma grandeza que não conheceram. É o caso de Koster, profundo conhecedor da sociedade do açúcar, senhor de engenho ele próprio, que nos deixou observações, descrições e interpretações da vida nordestina.

É grande, aliás, nesta lista, o número de estrangeiros, europeus não-portugueses, sobretudo ingleses. A condição sociológica de estrangeiro, antes do mais, deu-lhes a possibilidade de perceberem com lucidez os fatos mais importantes de nossa realidade. A escravidão e todo o cortejo de problemas que acarretou não lhes escapou, como as atitudes em relação ao trabalho, à técnica, e como ocorre com qualquer turista, os hábitos sociais. Em sua maioria, concentravam-se nos problemas urbanos ou em aspectos que particularmente lhes interessava como o comércio, a indústria incipiente, mais raramente na agricultura. Entretanto, os aspectos rurais do Brasil saltam aos olhos até o século XX; não era possível sair do centro do Rio sem topar com uma fazenda — como a de Santa Cruz — e até com os primeiros núcleos de colônias estrangeiras em Petrópolis e Nova Friburgo. Em alguns desses cronistas ou viajantes nota-se uma nítida preocupação econômica. Não há dúvida que muitos deles sofreram, em primeira ou segunda mão, a influência dos primeiros cultores da ciência econômica que tomou corpo e firmou pé muito

antes da sociologia. São extremamente valiosos pela preocupação em colher e sistematizar dados quantitativos sobre a população, a produção, a mão-de-obra, as riquezas. Esse grupo de documentos permite uma reconstituição quantitativa de nossa vida social. Alguns viajantes, sobretudo ingleses, revelam, mais que outros, a preocupação do dado numérico e preciso, esforçando-se por obtê-lo e registrá-lo. É a influência da sociedade comercial de que participavam exigindo avaliações mais completas e precisas do que as meras estimativas, muitas vezes sem base, de que são férteis os autores coloniais.

Entre os "naturalistas" cuja estirpe começa com Marcgraff e Piso e depois Alexandre Rodrigues Ferreira, lídimo representante da cultura do século XVIII, há pessoas de várias formações — geólogos, botânicos, zoólogos — ou sem formação científica especial, meros viajantes, homens da marinha e do comércio, tanto brasileiros, como estrangeiros.

A abertura dos portos ao comércio vai intensificar esse tipo de curiosidade. "A abertura dos portos brasileiros a todos os navios e do mercado a todos os comerciantes, quebrando a clausura e o regime de monopólio comercial e abrindo as mais amplas perspectivas para a autonomia política, motivou um interesse imediato da parte de todos aqueles que pretendiam rápido enriquecimento pela exploração de uma área nova para as trocas. "O caso de Luccock foi precisamente este e, como tantos outros, assim que lhe foi possível, atirou-se ao Brasil. A maioria dos que vieram nas mesmas condições não encontrou o quadro que esperava: desconhecendo as características do meio, traziam tais mercadores objetos que não tinham aplicação no Brasil, àquele tempo. Isto desiludiu a muitos e tornou-os pessimistas, maldizendo o país. Luccock, que percorreu a Corte e as Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e viveu dez anos no Brasil, entre 1808 e 1818, não deixou, porém, no seu depoimento sinais visíveis do infortúnio comercial. Em 1820, em Londres, aparecia o seu livro, que Varnhagen considerou "a mais fiel pintura do verdadeiro estado material, moral e intelectual em que estava a capital do Brasil à chegada da Família Real". Luccock, em seu prefácio com a sem-cerimônia dos tempos, indicava que "vé no progresso do Brasil um benefício para a humanidade toda e, muito especialmente, para os domínios britânicos".⁹

Entre esses visitantes, há de tudo, meros curiosos como Maria Graham, comerciantes como Luccock ou Mawe, cientistas como Spix e Martius ou como o extraordinário Saint-Hilaire. Entre eles, muitos ingleses que o estreitamento das relações comerciais entre Portugal e a Inglaterra atraíam para o Brasil e a cuja vida, economia e costumes aplicavam sua experiência histórica e sua capacidade de observação. Entre eles, não se pode esquecer,

pela importância de suas obras, Robert Southey e James Henderson, sobretudo por abordarem aspectos importantes, estruturais, de nossa vida rural e do mundo agrário. E' deste último, por exemplo, o seguinte trecho de palpante atualidade sobre nosso regime de terras:

“São uma desgraça para o Brasil essas extensas doações de terra aos capitães donatários. Não possuíam estes os meios de cultivar uma centésima parte delas, mas retém-nas na expectativa de que o lento melhoramento do país contribuirá e torná-las mais valiosas. A transferência da Corte para o Brasil reforçou-lhes esta convicção: se dispõem de qualquer porção de terra retém sobre ela o direito eminente, submetendo o comprador ao pagamento do foro. As conseqüências desse tipo de contrato representam um nítido obstáculo à melhoria agrícola do país, inteiramente desproporcionada à sua extensão e a seus recursos. Onde tal sistema prevalece, todos aqueles que gostariam de dedicar seus esforços e seu patrimônio ao cultivo do solo, dele se afastam. A Província de São Paulo que contém 120 mil milhas quadradas, segundo as estimativas, não possui terras devolutas, embora a parte cultivada não alcance 1/20. Em certos casos, a terra pode, sem dúvida, ser comprada com o pagamento do foro, mas isso não é geral. Conversei certa vez com um senhor português cuja intenção era obter de S. M. uma concessão de duas ou três léguas quadradas na margem norte do rio Paraíba; mas não podia colocar nessa terra mais de dois escravos e seu propósito confesso era mantê-la tendo em vista forte valorização, na expectativa de poder mais tarde vendê-la no todo ou em parte. O rei é extremamente liberal nessas doações; e, sem dúvida, encorajaria a agricultura. Durante minha curta permanência no Rio chegou a fornecer escravos a alguns indivíduos para fins de cultivo. Mas a apatia e a avaréza que predominam militam contra qualquer mudança ou melhoramento rápido do sistema. Nas doações de terras seria prudente obrigar o donatário a cultivá-las sob pena de fazê-las reverter à Coroa ou transferi-las em venda pública a pessoas mais competentes e dispostas a cultivá-las; e, além disso, doar a terra em condições proporcionais aos recursos de que o indivíduo dispõe para cultivá-las; de outra forma seria melhor que permanecessem no domínio da Coroa, evitando dessa maneira a prática de distribuí-las, sujeitando seus ocupantes ao pagamento de um foro”.¹⁰ Poderíamos multiplicar citações do mesmo porte.

E' preciso, no entanto, chegar ao século XIX para encontrar os grandes depoimentos de viajantes sobre o meio rural brasileiro. Um dos mais importantes é o relato de Henry Koster que chegou ao Recife em dezembro de 1809 e depois de voltar brevemente à Inglaterra, em 1811, retornou a Pernambuco, fundando engenho em Jaguaribe, depois em Itamaracá, onde permaneceu até 1815, retornando em 1817 a Pernambuco onde veio a falecer

três anos mais tarde. Koster percorreu a Paraíba, o Ceará, e varando o interior chegou até Fortaleza de onde regressou a Pernambuco pelo Rio Grande do Norte. Mais tarde empreendeu outra viagem até o Maranhão. É leitura indispensável para quem quiser conhecer as relações entre a cidade e o campo no Nordeste no começo do século XIX, o tipo de povoamento, os sistemas agrícolas, os hábitos de vida de trabalho do latifundiário, os costumes das sociedades escravocratas, e tudo o que diz respeito ao engenho de açúcar. Por isso mesmo chamaram-no o "exato Koster".¹¹

O Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied é outro dos que percorreram o Brasil no começo do século XIX com espírito científico deixando-nos relato minucioso da vida no interior das províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e parte de Minas Gerais que percorreu entre 1815 e 1817 registrando suas observações com minúcias de naturalista.

Nenhum se compara, no entanto, a Saint Hilaire pela riqueza de informações, pela extensão das suas viagens no interior e principalmente pelo amor ao Brasil, país com o qual se identificou profundamente e cuja grandeza antecipou em vários trechos de suas narrações de viagens. Botânico, chegou ao Brasil em 1816, acompanhando o Duque de Luxemburgo. Suas viagens cobrem as províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a Cisplatina e as chamadas Missões do Paraguai. A coleção de suas narrações abrange nove volumes. Ninguém o excede em minuciosidade, objetividade e lucidez. É extraordinariamente rico em observações sobre o latifúndio (que condenou em termos claros e incisivos), os sistemas de trabalho agrícola, os costumes agrários, as relações entre a cidade e as fazendas e assim por diante.¹²

Mais ou menos na mesma época chegavam ao Brasil dois cientistas, Carlos Frederico Felipe von Martius e João Baptista von Spix, numa missão científica enviada pelo Grão Duque da Toscana. Esses dois cientistas percorreram as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Pará e Amazonas. Embora seu principal interesse fosse a etnografia, a botânica e a geologia, sua obra publicada em alemão, em que descreveu as viagens realizadas entre 1817 e 1820 — é extremamente rica em informações sobre a vida rural.

Entre 1836 e 1841 o inglês George Gardner, botânico e superintendente dos jardins reais do Ceilão, percorreu as províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Minas Gerais. Chegou a realizar extensa viagem do sertão baiano ao Maranhão registrando minuciosamente suas observações. Outros cientistas nessa primeira metade do século começam a vol-

tar sua atenção para o Brasil. Na impossibilidade de mencionar todos, cabe destacar dois ingleses, Alfred Russel Wallace, pela sua participação no progresso das ciências naturais da Inglaterra, tendo sido como foi um dos discípulos de Darwin, e Henry Walter Bates que com Wallace veio para o Brasil em 1848 e aqui permaneceu até 1859. Ambos escreveram sobre a Amazônia deixando sobre essa região informações de grande valor e atualidade. Na segunda metade do século é de grande valia a obra de Louis Agassiz, suíço, companheiro de Martius, com quem trabalhou antes de seguir para os Estados Unidos, em 1846, onde se radicou. Veio para o Brasil em 1865 percorrendo a Amazônia até 1866, deixando preciosas informações sobre essa região, bem como sobre a área próxima ao Rio, Petrópolis e Juiz de Fora. Outro depoimento importante é o do excêntrico Richard Burton cuja vida escandalosa o levou a deixar a Inglaterra e empreender sucessivas viagens. Veio ao Brasil em 1868 e percorreu principalmente a província do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Foi ainda na segunda metade do século que chegou ao Brasil o Pastor norte-americano James C. Fletcher que aqui permaneceu até 1865. Teve ele a idéia de reunir suas observações sobre nosso país às de seu colega e compatriota Daniel Parrish Kidder que aqui chegou em 1837 regressando aos Estados Unidos em 1840. Kidder publicara, em 1845, um livro sobre suas viagens no Brasil que abrange descrições da vida rural nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo e nas províncias do norte. Com o seu assentimento, Fletcher ampliou-lhe a obra publicando o resultado dessa fusão em 1857. Esse livro teve sete edições em dez anos e constituiu a principal fonte de informações sobre o Brasil nos Estados Unidos, tendo motivado a migração dos sulistas norte-americanos para o Brasil após a guerra civil.

Nesta lista, exemplificativa e não exaustiva, não é possível esquecer alguns visitantes que fogem às categorias mencionadas, não sendo propriamente comerciantes nem cientistas. É o caso, por exemplo, de Charles Ribeyrolles que veio para o Brasil em 1858 e aqui faleceu dois anos depois. Ribeyrolles tinha a singularidade de pertencer ao grupo de radicais franceses dispersos pela derrota do movimento de 1848. Daí o interesse de lê-lo e de constatar sua atitude de repulsa à instituição do latifúndio e à escravidão. Percorreu a província do Rio de Janeiro sobretudo a zona nova do café de cuja cultura nos dá interessantes informações, valorizadas pelas fotografias que ilustram a obra. Foi um dos primeiros que utilizaram esse recurso para documentar suas observações. O café, aliás, passará, daí por diante, a atrair o interesse de visitantes movidos pelas mais diversas motivações. Desde Emilio Zaluar, português naturalizado brasileiro que veio para o Brasil em 1849 e residiu precisamente na zona da província fluminense onde o café começava sua expansão, em Vassouras e Paraíba do Sul, cidades em que exer-

ceu o jornalismo e o magistério; até o alemão Herman Burmeister que percorreu a zona fluminense e descreveu suas opulentas fazendas.

Ainda ligado ao café mas já na sua expansão paulista deve-se mencionar Thomas Davatz, suíço, que permaneceu no Brasil de 1855 a 1857. Davatz veio como mestre-escola para participar como colono de uma experiência de colonização em zona de latifúndio e registrou os primeiros problemas criados por essa tentativa de coexistência do trabalho livre com o escravo.

É evidente que essas categorias não desaparecem. Repetem-se os tipos de informantes, cronistas estrangeiros ou nacionais, viajantes, homens de comércio, naturalistas mas muda seu caráter. E surgem novos tipos, inexistentes nesse primeiro grupo de precursores.

Vários fatos contribuem a essa mudança, alguns endógenos, outros resultantes de profundas transformações na cultura européia. Quanto aos primeiros é o nascimento da nação e seus primeiros confrontos consigo mesma. Defrontam-se os estadistas brasileiros do Primeiro Império com uma sociedade que lançara seus alicerces, no período colonial, na exportação de produtos agrícolas e minerais mediante o uso intensivo do braço escravo enquadrado na organização social da *plantation*. Tentaram, os mais lúcidos, modificar o sistema que logo perceberam incompatível com o destino da grande nação como sonhavam o Brasil. Outros, ao contrário, lutaram por reforçar o sistema, estabelecendo um colonialismo interno em que a antiga metrópole era substituída por grupos de interesse cuja fortuna e poder se baseavam na exploração do tráfico ou na exportação de produtos agrícolas.

Esses dois grupos, de intenções contraditórias, iriam definir e delimitar o debate político no correr do século XIX. Do primeiro sairiam os propugnadores da imigração e da colonização — das quais, força é lembrar, D. João VI fora atilado precursor. Sairiam também os abolicionistas, os reformadores sociais e aqueles, mais raros, que lutariam, simultaneamente, pela eliminação da condição de escravo e pela mudança do regime agrário. Dentre eles é que podemos caracterizar alguns verdadeiros precursores da sociologia rural, não só pela temática que abordam como pelos problemas que levantam, alguns de candente atualidade.

A FASE PRÉ-CIENTÍFICA: PUBLICISTAS, PENSADORES E REFORMISTAS

No século XIX, os estudos rurais brasileiros receberam o impulso de uma temática nacional que resultava da própria maturidade política do país e da consciência, em suas elites, da necessidade de fortalecer sua independência.

Certos problemas ligados à agricultura e ao meio rural começam a preocupar alguns autores, criando linhas de reflexão que irão se prolongar até o fim do século.

Uma dessas linhas características é a substituição do trabalho servil pelo livre; outra, vinculada a este, é a colonização; a terceira é o destino da grande lavoura ameaçada, à medida que o tráfico decaí e o Abolicionismo progride. Todos esses temas são tratados com maior ou menor clarividência e propriedade por pensadores, publicistas e panfletários, cuja produção iria avolumar-se nos últimos decênios do século.

Nesse caudal, vem crescendo a importância da geração "quarenta e oito" de Pernambuco e, nesta, a figura de Antônio Pedro de Figueiredo. Esse grupo filiava-se aos idealistas do socialismo chamado utópico por Marx e ao movimento francês de 1848 e empreendeu, através de panfletos e jornais, alguns de vida efêmera, a crítica do liberalismo monárquico. Leitores e discípulos de Saint Simon, Fourier, Louis Blanc, Proudhon, Leroux, eram na maioria anticlericais, mas alguns admiravam o cristianismo social de Lemannais e Lacordaire. Solidarizavam-se com as barricadas de 1848 e inspiraram a Revolução Praieira à qual sobreviveram. Vamireh Chacon fez a história desses socialistas brasileiros, pré-marxistas, traçando o perfil dos mais importantes, Antonio Borges da Fonseca, Abreu e Lima e Figueiredo. Eram intervencionistas, na economia, antiliberais e nacionalistas em política. O mais importante deles, no entanto, para os fins do nosso estudo foi Antônio Pedro de Figueiredo, mulato autodidata e autor aos 29 anos de um *Curso de História da Filosofia* em três volumes, saídos em 1843, 1844 e 1845.¹³

O que impressiona desde logo, em Figueiredo é, por trás da francofilia de linguagem e de sua retórica ao gosto da época, um diagnóstico lúcido da economia mercantilista, sobretudo nos seus aspectos agrários. Nos seus artigos de *O Progresso* e na "Carteira", seção do *Diário de Pernambuco*, ele é a primeira voz de brasileiro que se ergue no Brasil contra o latifúndio. "A mais urgente das nossas necessidades sociais, — escreveu em 1852 — me parece ser o facilitar a todos o acesso à propriedade territorial". Descontado

o exagero generoso ("a todos!") Figueiredo, nessa frase, aparece como um legítimo precursor da reforma agrária que distingue, perfeitamente, da abolição da escravidão. Compreendeu que o latifúndio era, em si mesmo, uma máquina de fazer escravos, de fato ou de direito. Não se trata de frase solta, lançada ao acaso, no calor de uma polêmica. Sua afirmativa se escorava numa reflexão acurada, emitida em várias ocasiões. Eis como, em outro trecho, equaciona o problema agrário pernambucano:

"A maior parte do território da nossa província está dividida em grandes propriedades, fragmentos das antigas sesmarias, das quais muito poucas foram subdivididas. O proprietário ou rendeiro ocupa uma parte delas e abandona, mediante pequena paga, o direito de permanecer noutra e de cultivá-las, a cem, duzentas e algumas vezes a quatrocentas famílias de pardos ou pretos livres, das quais ele se torna protetor natural, mas delas também exige obediência absoluta, e sobre elas exerce o mais completo despotismo. Daí resulta que as garantias da lei não são para estes mal-aventurados, que, entretanto, compõem a maior parte da população da província, mas para estes proprietários, dos quais 3 ou 4, reunidos pelos laços do sangue, da amizade, ou da ambição, bastam para aniquilar, numa vasta extensão de terras, as forças e influência do governo".

"E' mister que os indivíduos pouco abastados possam obter terras e cultivá-las com a certeza de gozar dos produtos, condições que hoje não existem, porque os senhores de engenhos ou fazendas se recusam obstinadamente a vender qualquer porção destas terras, fonte e garantia do seu poder feudal, e porque o desgraçado morador que se arrisca a plantar fica à mercê do proprietário, que o pode despedir de suas terras dentro de vinte e quatro horas".¹⁴

Em 1856, Figueiredo passou a escrever no *Diário de Pernambuco* firmando seus artigos com o pseudônimo de Abdalah-el-Kratif (!). Vale a pena transcrever uma dessas colaborações não só por constituir importante exemplo de análise sociológica como pela avançada consciência social que revela:

"Qual será o destino do aumento incessante da população no interior? Serão absorvidos pela agricultura? Não: os melhores elementos deixaram o Recife, em busca de melhor sorte, para solicitar um emprego ridículo; o restante se deslocara para as vilas e outros centros e enfrentara uma vida de miséria, pois não temos indústrias que ofereçam ao trabalhador livre trabalho contínuo e salário regular".

"E' essa a origem dessas massas sem meios permanentes de subsistên-

cia que alimentam a política dos partidos e nas camadas inferiores da sociedade praticam o roubo em todas as suas modalidades”.

“Qual o motivo por que essas famílias à beira da dissolução não se dedicam à agricultura em vez de abraçar a carreira precária do Serviço Público? Por que, em vez de se tornarem alfaiates, pedreiros e carpinteiros, os filhos dessas famílias pouco favorecidas pela fortuna não retornam ao interior? Por que ainda, não se tornam agricultores? Por que os habitantes das matas não cultivam o solo se não forem compelidos a fazê-lo? Por que seus filhos buscam as vilas? Para todas essas perguntas não vemos mais que uma única resposta e infelizmente é plenamente satisfatória”.

No estado social em que vivemos, os meios de subsistência de um pai de família não aumentam proporcionalmente ao número de filhos, daí resultando que, em geral, os filhos são mais pobres que os pais e possuem menos capital. Hoje, a agricultura é cercada por uma barreira que a tornou inacessível aos homens de modestos recursos, a todos que não possuem certo número de contos de réis. Entretanto, é a função produtiva por excelência a alma das nações e é nela que residem os interesses vitais do nosso país; mas, como cerca-a uma barreira, é preciso que esta seja removida, custe o que custar”.

“E que barreira é esta? A grande propriedade territorial. Essa terrível entidade que arruinou e despovoou . . . (ilegível) e muitos outros países”.

“Esta região que inclui todo o litoral da nossa província e se estende para o interior por 10, 12 e às vezes 15 a 18 léguas, acha-se dividida em engenhos ou propriedades cujas dimensões variam de 1/4 de légua quadrada a 2/3 e até 4 e 5 léguas quadradas”.

“Aqui, como o cultivo da cana exige um certo tipo de solo que não se encontra em outro lugar, segue-se que das terras de cana, das matas que devem possuir e das terras que exigem para seu gado e para o plantio da mandioca, indispensável à alimentação dos escravos, a maior parte dos engenhos possui grandes extensões de terras incultivadas, que seriam extremamente favoráveis ao cultivo por pequenas famílias e que se fossem trabalhadas poderiam produzir em grande abundância farinha de mandioca, feijão e milho para toda a população da província, para as províncias vizinhas e até para exportação”.

“Os proprietários se recusam a vender essas terras e até arrendá-las. Quem possui 30 a 40 contos de réis, pode comprar um engenho; mas o

pobre que desejasse comprar ou arrendar alguns acres de terras não os encontraria”.

“E’ disto que resulta a população improdutivo das cidades, a classe em busca de emprego público que aumenta diariamente e, que torna os crimes contra a propriedade cada dia, aos freqüentes e o país dia a dia mais pobre devido ao número crescente de consumidores, enquanto o de produtores se torna estacionário ou, pelo menos, aumenta num ritmo mais lento”.

“Entretanto, os grandes proprietários afirmam que não recusam aos pobres a terra que necessitam: basta que venham e por uma quantia modesta e às vezes até de graça dar-lhes-ão não só terra para o plantio, mas madeira para construir suas casas. Perfeito: mas este favor dura apenas conforme o capricho do proprietário”.¹⁵

Figueiredo nunca teve oportunidade de reunir suas idéias em livro. Não parece ter conhecido a obra de Marx e Engels. Inspirou-se, em filosofia, no ecletismo de Victor Cousin e, em política, num fato concreto – as barricadas de 1848. Suas idéias parecem ter morrido com ele. Nem mesmo os abolicionistas pernambucanos levaram tão longe sua crítica ao latifúndio, com exceção de Nabuco, menos romântico. Figueiredo, demitido da cátedra que ocupava no Ginásio Pernambucano, finava-se em 1859, aos 45 anos.

O problema agrário pernambucano nunca teria até Joaquim Nabuco crítico mais candente. Explica-se o fato pela prioridade e importância que assumia na segunda metade do século XIX, a partir da Lei do Ventre Livre, o problema do trabalho livre. A questão agrária levantou-se no Brasil, antes e fora de qualquer influência socialista, pré-marxista ou marxista, em função da extinção do trabalho servil e não propriamente em termos de propriedade da terra. Os autores que deram ênfase ao problema agrário em termos de latifúndio e não de mão-de-obra escrava são raros.

Alguns estrangeiros perceberam o fundo da questão e entenderam que a própria estrutura do latifúndio, insaciável de mão-de-obra como de terras, exigia um tipo qualquer de escravidão. Esses autores, por admirável coincidência, defendiam simultaneamente, perante os adeptos do braço escravo e da monocultura, a conjugação da colonização e do trabalho livre.

Nessa ordem de idéias aparecem desde meados do século, diversos documentos nos quais o problema da abolição é tratado simultaneamente com o da imigração. A leitura dessas páginas amarelecidas pelo tempo nos

traz informações importantes sobre a razão da distância econômica que se estabeleceu entre o Brasil e os Estados Unidos no correr do século XIX.

“O escravo repele o imigrante e os brancos livres não procurarão espontaneamente o Brasil antes da emancipação do trabalho”. Esta frase, citada no início da *Memória sobre Imigração* de Tavares Bastos resume a linha geral desses estudos. Foi ela resultado de uma solicitação que o autor recebeu em 1867 da Sociedade Internacional de Imigração de cuja diretoria participava e da qual foi o principal animador.

Um dos capítulos da *Memória* chama-se “A Questão das Terras”, onde Tavares Bastos traça as linhas essenciais de uma política de colonização das terras públicas, sugerindo medidas para sua discriminação, divulgação e atuação, bem como para a cobrança do imposto territorial. A propósito deste, diz o seguinte: “. . . Um dos maiores obstáculos à imigração espontânea é serem possuídas pelos grandes proprietários vastas extensões das melhores terras, das terras vizinhas dos mercados e das estradas. Este resultado fatal do ininteligente sistema de doações empregado sem critério pelo governo da metrópole e, também, além disso, um estorvo ao desenvolvimento do trabalho livre”.¹⁶

Para atender a esse problema sugeria um imposto sobre as terras situadas nas proximidades das ferrovias, rodovias e dos rios navegáveis, isto é, as que já se beneficiavam de obras públicas. Daí Tavares Bastos passa a traçar medidas para os núcleos coloniais revelando sólida informação sobre o que vinha se fazendo nos Estados Unidos e na Europa. A *Memória* se completa com idéias sobre os contratos de parceria, sobre a naturalização, a liberdade religiosa e a facilidade de comunicações. Nas “Considerações Gerais” indica a importância das estatísticas e alinha as medidas de uma política liberal que, se adotadas, teriam dado ao Brasil o arcabouço político para um surto de desenvolvimento que só viria a conhecer um século mais tarde.

Não são freqüentes na época os textos com o escopo e a profundidade de *Memória* do grande liberal, organização de estadista que o Brasil desaproveitou. O tema da colonização, no entanto, foi superiormente tratado no Império, embora não se conhecesse ainda o chamado “técnico em colonização”. Esses homens de idéias gerais e de formação bacharelesca sabiam aplicar sua inteligência a determinados problemas, hoje considerados “técnicos” resolvendo-os corretamente. Os relatórios de Albuquerque Galvão, funcionário do Ministério da Agricultura — naquele tempo se chamava agente oficial de colonização — mereceram transcrição na *Memória* de Tavares Bastos e constituem repositório de preciosas informações sobre política imigratória,

sobre os núcleos coloniais da época, além de conter importantes diretrizes para a política geral de colonização. O mesmo se aplicaria à *Memória sobre Imigração* do Visconde, depois Marquês de Abrantes.¹⁷

Outro relatório importante é o do Conselheiro Cardoso de Menezes e Souza, escrito em 1873, numa época crítica para a colonização. "Foi a época em que se sentiu a necessidade de uma justificativa para a maneira dispersiva em que se tinham desenvolvido as atividades colonizadoras. Ainda nesse decênio realizaram-se investigações nas colônias para responder às críticas que choviam no país e combater a propaganda hostil no estrangeiro. Realizaram-se inquéritos, buscaram-se relatórios, recomendaram-se melhoramentos no planejamento e na administração dos núcleos e desenvolveram-se programas com a finalidade de trazer maior número de colonos. Entre essas investigações, incluiu-se a das relações entre fazendeiros e colonos nas fazendas de café de São Paulo, onde os trabalhadores alemães queixavam-se seguidamente, outra nas colônias do sul da Bahia e uma terceira dos núcleos alemães da província de Santa Catarina, inclusive Blumenau e Dona Francisca. Entretanto, o mais importante de todos esses estudos foi o que resultou do relatório do ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, intitulado *Teses sobre a colonização no Brasil*, volume de 429 páginas. O autor desse estudo examinou, de forma sistemática, as deficiências do programa brasileiro de colonização e fez recomendações para seu aperfeiçoamento. Sua análise é extremamente esclarecedora. Após mencionar que a Argentina e os Estados Unidos eram mais bem sucedidos que o Brasil em sua tentativa de atrair imigrantes, enumerou os defeitos na teoria e na prática brasileira da colonização, procedendo a uma análise detalhada de cada experiência".¹⁸

A importância de Menezes e Souza é ter pretendido em seu relatório, que muito influenciou na política nacional de imigração e colonização, analisar as causas do atraso delas em relação à Argentina e aos Estados Unidos. Eis como viu essas causas:

I — "A falta de liberdade de consciência; a não existência do casamento civil como instituição; a imperfeita educação, a ignorância e a imoralidade do clero; a ambição de mando temporal de parte do episcopado brasileiro, traduzindo-se na luta, impropriamente chamada, questão religiosa.

II — A insuficiência do ensino e principalmente a ausência de instrução agrícola e profissional.

III — O diminuto número de instituições de crédito, especialmente de bancos destinados a auxiliar a pequena lavoura e a indústria.

IV — As restrições e estorvos que a legislação e a pública administração do Império põem à liberdade de indústria, peando, em vez de desenvolver, a iniciativa individual.

V — Os defeitos da lei de locação de serviços e dos contratos de parceria com estrangeiros; as lacunas e a inexecução da lei das terras públicas e a não-existência do imposto territorial sobre os terrenos baldios e sem edificação.

VI — A falta de transporte e de vias de comunicação que liguem o centro e o interior do Império aos mercados consumidores e exportadores.

VII— A criação de colônias longe desses mercados e em terreno ingrato e não preparado, bem como a falta de providências para a recepção dos emigrantes e colonos nos portos do Império e para seu estabelecimento permanente nas colônias do Estado, ou nos lotes de terras que compram.

VIII— A incúria em fazer conhecido o Brasil nos Estados donde procede a emigração, de que necessitamos, e em refutar, por todos os meios de bem entendida publicidade e por penas hábeis e desinteressadas, os escritos por meio dos quais naqueles Estados nos deprimem, exageram nossos erros em relação aos emigrantes e nós levantam odiosos aleives'.¹⁹

Com exceção ao primeiro item, onde o maçonismo de Menezes e Souza extravasava sanções anticlericais, a análise do Conselheiro continuou válida por muito tempo.

Os ideais abolicionistas e as convicções de reforma das estruturas encontraram, afinal, em Joaquim Nabuco um ponto de equilíbrio e um intérprete categorizado. Ninguém viu melhor a cisão que a escravidão introduzia na sociedade brasileira: "... Todos os brasileiros haviam de horrorizar-se ao ver o fundo de barbárie que existe no nosso país debaixo da camada superficial de civilização, onde quer que essa camada esteja sobreposta à propriedade do homem pelo homem".²⁰ Ninguém descreveu com maior acuidade os efeitos sociais da escravidão — efeitos sobre a sociedade em geral e sobre o trabalho livre e a sociedade rural em particular. Às vezes parece-nos, ao lê-lo, encontrar antecipações de *Casa Grande & Senzala*, cujo autor teve em Nabuco, sem dúvida, precursor e inspirador para muitas páginas.

Nabuco via a escravidão, antes de tudo, como problema moral. Mas isso não o cegava para a natureza e as implicações sociológicas da questão. Retoma o problema exatamente no ponto em que o deixara o Projeto de Jo-

sé Bonifácio, apresentado à Constituinte, no qual o Patriarca dizia (art. 16): "Todos os homens de cor forros que não tiverem ofício ou modo certo de vida, receberão do Estado uma pequena sesmaria de terra para cultivarem, e receberão, outrossim dele, os socorros necessários para se estabelecerem, cujo valor irão pagando com o andar do tempo".²¹

Para caracterizar as transformações ocorridas na própria escravidão teve de descer à análise da estrutura agrária descobrindo nesta novos aspectos e, o que é importante, apontando a correlação entre o trabalho servil e o latifúndio. Indicou como o endividamento dos agricultores, pela compra de escravos, levava à ruína deles e à transferência da propriedade, em meados do século, às mãos de seus credores, precisamente os traficantes de escravos; e ainda como a mortalidade infantil entre os escravos, — ou das crias, como se dizia na época, — estava na razão inversa do custo do escravo.²²

Uma das razões que alinha na justificativa do movimento abolicionista é precisamente impedir a imigração, aviltar o trabalho manual, retardar a indústria, excitar o ódio entre classes. Em página admirável refere-se à "massa inativa da população, a qual é vítima desse monopólio da terra e dessa maldição do trabalho" que condenava os brasileiros em geral "a formarem, como formam, uma nação de proletários".²³

A intenção de Nabuco não era evidentemente uma análise fria da instituição da escravatura. Seu propósito de tribuno e polemista era precisamente extirpá-la. Um sociólogo moderno poderia dizer que sua descrição era preconceituosa e distorcida. Acontece que, no debate dos problemas humanos em que o observador é também ator e, no caso, ator excelso, é difícil a objetividade do naturalista. O que não prejudica a análise quando o polemista junta à veemência o amor à verdade como no caso do grande tribuno. Foi precisamente sua cólera sagrada contra a escravidão que o levou a descobrir suas raízes na estrutura agrária, levando-o a pronunciar uma das mais nítidas e incisivas sentenças contra o latifúndio.

"O Norte todo do Brasil há de recordar por muito tempo que o resultado final daquele sistema é a pobreza e a miséria do país. Nem é de admirar que a cultura do solo por uma classe sem interesse algum no trabalho que lhe é extorquido dê esses resultados. Como se sabe, o regime da terra sob a escravidão consiste na divisão de todo o solo explorado em certo número de grandes propriedades . . . Esses feudos são logo isolados de qualquer comunicação com o mundo exterior; mesmo os agentes do pequeno comércio que neles penetram são suspeitos ao senhor, e os escravos que nascem e morrem dentro do horizonte do engenho ou da fazenda são praticamente galés. A divisão

de uma vasta província em verdadeiras colônias penais, refratárias ao progresso, pequenos Ashantis em que impera uma só vontade, entregues às vezes a administradores saídos da própria classe dos escravos, e sempre a fatores que em geral, são os escravos sem entranhas, não pode trazer benefício algum permanente à região parcelada, nem à população livre que nela mora por favor dos donos da terra, em estado de contínua dependência".²⁴

Deve-se ainda a Nabuco, inspirado nos mesmos sentimentos, uma das primeiras descrições de nossa estrutura agrária nos últimos decênios do Império:

"... Vejam-se as diversas classes sociais: todas elas apresentam sintomas de desenvolvimento ou retardado ou impedido, ou o que é ainda pior, de crescimento prematuro artificial; estudem-se as diversas forças, ou que mantêm a hereditariedade nacional ou que lhe dirigem a evolução, e ver-se-á que as conhecidas se estão todas enfraquecendo, e que tanto a conservação, como o progresso do país são problemas atualmente insolúveis, dos quais a escravidão, e só ela, é a incógnita. Isso tudo, tenho apenas espaço para apontar, não para demonstrar".

"Uma classe importante, cujo desenvolvimento se acha impedido pela escravidão, é a dos lavradores que não são proprietários, e em geral dos moradores do campo ou do sertão. Já vimos ao que essa classe, que forma a quase totalidade da nossa população, se acha infelizmente reduzida. Sem independência de ordem alguma, vivendo ao azar do capricho alheio, as palavras da oração dominical (O pão nosso de cada dia, nos dai hoje) têm para ela uma significação concreta e real. Não se trata de operários, que, expulsos de uma fábrica, acham lugar em outra; nem de famílias que possam emigrar; nem de jornaleiros que vão ao mercado de trabalho oferecer os seus serviços; trata-se de uma população sem meios, nem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho como uma ocupação servil, sem ter onde vender os seus produtos, longe da região do salário se existe esse El Dorado, em nosso país, e por isso tem que resignar-se a viver e criar os filhos nas condições de dependência e miséria em que lhe se consente vegetar".

Esta é a pintura que, com verdadeiro sentimento humano, fez de uma porção, e a mais feliz, dessa classe um senhor de engenho no Congresso Agrícola do Recife em 1878:

"O plantador não fabricante leva vida precária; seu trabalho não é remunerado, seus brios não são respeitados; seus interesses ficam à mercê dos caprichos do fabricante em cujas terras habita. Não há ao menos um contrato

escrito, que obrigue as partes interessadas; tudo tem base na vontade absoluta do fabricante. Em troca de habitação, muitas vezes péssima e de algum terreno que lhe é dado para plantações de mandioca, que devem ser limitadas, e feitas em terreno sempre o menos produtivo; em troca disto, parte o parceiro todo o açúcar de suas canas em quantidades iguais; sendo propriedade do fabricante todo o mel de tal açúcar, toda a cachaça delas resultante, todo o bagaço, que é excelente combustível para o fabrico do açúcar, todos os olhos das canas, suculento alimento para o seu gado. E' uma partilha leonina, tanto mais injusta quanto todas as despesas da plantação, trato da lavoura, corte, arranjo das canas e seu transporte à fábrica, são feitas exclusivamente pelo plantador meeiro".

"À parte os sentimentos dos que são equitativos e generosos, o pobre plantador de canas da classe a que me refiro, nem habitação segura tem: de momento para outro pode ser caprichosamente despejado, ficando sujeito a ver estranhos até à porta da cozinha de sua triste habitação, ou a precipitar a sua saída, levando à família o último infortúnio. . .

"Essa é ainda uma classe favorecida, a dos lavradores meeiros, abaixo da qual há outras que nada têm de seu, moradores que nada têm para vender ao proprietário, e que levam uma existência nômade e segregada de todas as obrigações sociais, como fora de toda a proteção do Estado".²⁵

Essa descrição serviria de ponto de partida a outras análises e de termo de comparação usado por autores que, em várias épocas, retomaram o tema. Basta compará-la a páginas de Gileno di Carli, Barbosa Lima Sobrinho, Gilberto Freyre e Manuel Diegues Jr., para sentir sua verdade e, o que é melancólico, sua atualidade.

Nabuco não via nossa realidade através de lentes ideológicas. Por isso, percebia lucidamente o que nos era peculiar, o que não se confundia com a realidade social de outras terras na qual se fundariam outras tantas teorias sociais que, mais tarde, importaríamos. Percebeu, por exemplo, que a divisão de classes, no sentido europeu, não descrevia exatamente a situação brasileira:

"No Brasil deu-se o contrário: a escravidão, ainda que fundada sobre a diferença das duas raças, nunca desenvolveu a prevenção da cor, e nisso foi infinitamente mais hábil. Os contatos entre aquelas, desde a colonização primitiva dos donatários até hoje, produziram uma população mestiça, como já vimos, e os escravos ao receberem a sua carta de alforria, recebiam também a investidura de cidadão. Não há assim entre nós castas sociais perpétuas, não

há mesmo divisão fixa de classes. O escravo, que como tal praticamente *não existe* para a sociedade, porque o senhor pode não tê-lo matriculado e se o matriculou pode substituí-lo, e a matrícula mesmo nada significa desde que não há inspeção de Estado nas fazendas, nem os senhores são obrigados a dar contas dos seus escravos às autoridades; esse ente assim equiparado, quanto à proteção social, a qualquer coisa de domínio particular, é no dia seguinte à sua alforria um cidadão como outro qualquer, com todos os direitos políticos, e o mesmo grau de elegibilidade. Pode mesmo, ainda na penumbra do cativo, comprar escravos, talvez mesmo — quem sabe? — algum filho do seu antigo senhor. Isso prova a confusão de classes e indivíduos, e a extensão ilimitada dos cruzamentos sociais entre escravos e livres, que fazem da maioria dos cidadãos brasileiros, se se pode assim dizer, mestiços políticos, nos quais se combatem duas naturezas opostas: a do senhor de nascimento e a do escravo domesticado".²⁶

Demonstrou a impossibilidade de conviverem escravidão e progresso — na época não se usava ainda a palavra desenvolvimento — "Escravidão e indústria são termos que se excluíram sempre, como escravidão e colonização".²⁷ Da mesma forma, denunciou, antecipando-a de muitos anos, a necessidade do crescimento do Estado, de sua burocracia, do funcionalismo público para conciliar a pressão empreguista. Sabemos hoje que o problema sobreviveu à escravidão, o que revela suas raízes numa estrutura social que permanece, apesar de suas aparentes mutações.

Nessa fase pré-científica, Nabuco prefigura um modelo de reflexão sociológica que a sociologia rural brasileira iria repetir: é a importância do problema real, orientando a especulação do sociólogo, estimulado muito mais pelos conflitos reais do que pela teoria. No tempo de Nabuco eram os problemas concretos da escravidão, dos contrastes entre o trabalho livre e o trabalho escravo. Mais tarde seria o café, a imigração, a reforma agrária.

A FASE DE TRANSIÇÃO: POSITIVISTAS E EVOLUCIONISTAS

Entre o fim do Império e a República, um fato novo aparece que vai ter profundas repercussões sobre os estudos rurais: é a propaganda positivista. Os filhos da burguesia comerciante que ingressaram nas Faculdades de Direito, nas Escolas Técnicas vão abraçar com entusiasmo o credo positivista. "É dessa burguesia formada por militares, médicos e engenheiros, — mais próximos das ciências positivas, graças à índole de suas profissões — que irá surgir o movimento positivista no Brasil".²⁸

A sociologia já existia antes de Comte mas foi este quem a batizou. O nome é importante: passou a caracterizar um campo de conhecimento até então indefinido ou mal definido. Nos primeiros discípulos brasileiros do filósofo francês já aparecem referências à nova ciência. Muniz de Aragão nos seus *Elementos de Matemática* (1858) dividia-a em sociologia propriamente dita e em teleologia ou ciência dos fins que substituiria a moral. Francisco Beltrão Júnior no opúsculo que publicou em Bruxelas (*A Escravatura no Brasil*, 1865) aplicava à questão do escravo os ensinamentos de Comte e o que é importante, do nosso ponto de vista, deles tirava ilações sobre a agricultura e a colonização no Maranhão, seu Estado natal.²⁹

Foi o positivismo que levantou, na Europa, a questão social. Descomprometidos com o latifundismo agrário, seus adeptos brasileiros fizeram eco a essas idéias. O credo de Comte foi a ideologia da classe média urbana. E' assim que Luiz Pereira Barreto podia escrever em 1874: "Hoje a questão social disputa a precedência às questões políticas. . ." ³⁰ Ora, no Brasil daquele tempo a questão social era a escravidão.

Teixeira Mendes, o primeiro teorizador sério, traçou as normas do que seria o positivismo sociológico no Brasil: ". . . A apreciação de um problema político exige: 1o., o conhecimento das leis sociais como base das medidas a adotar em abstrato; 2o., o exame das condições de cada caso para determinar as medidas *legítimas*, isto é, oportunas; 3o., resignação para não eliminar a consideração do *tempo*, imprescindível em todas as artes e muito mais em política". Aplicou essas normas ao problema econômico, desenvolvendo idéias de Comte sobre a economia. "A origem do capital é social; a sua conservação exige o concurso social; logo o seu destino deve também ser social. Ora, o emprego social do capital exige que os possuidores consagrem a renda à manutenção dos agentes que a produzem e à aquisição de seus instrumentos de produção, reservando a si uma quota sabiamente determinada. Só nestas condições, a sociedade pode garantir a alguns de seus membros a administração do capital humano". A escravidão tinha que ser eliminada pois "o produtor do capital humano, de modo algum poderá confundir-se com o produto do seu trabalho. . ." ³¹

Os positivistas, no entanto, não pretendiam uma eliminação radical e imediata do instituto servil. No fundo, tradicionalistas, bem nascidos, devotos da propriedade e da organização social, buscavam uma solução que assegurasse "a transformação do trabalhador escravo, incorporando-o à sociedade brasileira, pela adscrição do mesmo ao solo, sob a direção dos seus antigos proprietários". Vale a pena transcrever algumas das idéias essenciais do Projeto que para esse fim elaboraram:

10. — Supressão imediata do regime escravista.
20. — Adscrição ao solo do ex-trabalhador escravo, sob a direção de seus respectivos chefes atuais.
30. — Supressão conseqüente dos castigos corporais e de toda legislação especial.
40. — Constituição de um regime moral pela adoção sistemática da monogamia.
50. — Supressão conseqüente do regime de aquartelamento, pela generalização da vida de família.
60. — Determinação do número de horas de trabalho cotidiano, designado o sétimo dia ao descanso, sem restrições.
70. — Criação de escolas de instrução primária, mantidas nos centros agrícolas a expensas dos grandes proprietários rurais.
80. — Dedução de uma parte dos lucros para o estabelecimento de um salário razoável".³²

Essas idéias vão reaparecer constantemente no Brasil e sob diferentes roupagens, nas reiteradas reformas e soluções propostas a problemas rurais durante a República e até mesmo na fase tecnocrática de nossa administração. Não é necessário salientar que o idealismo das fórmulas positivistas mal encobre o tradicionalismo das soluções: o que se pretende, na realidade, é a manutenção do braço forte e barato, problema permanente do latifúndio até os dias de hoje. O singular é a solução proposta, a criação de uma categoria de servos da gleba — o que mais uma vez, aproximaria a estrutura agrária brasileira da Rússia czarista. A justificativa era a "desorganização da vida econômica nacional". Veremos que, em nome da organização, outras barbaridades se perpetraram. A bem da verdade, deve-se dizer que Miguel Lemos protestou contra a proposição: ". . . A nova servidão apenas teria conseguido mudar o nome à verdadeira condição do escravo que continuaria no mesmo estado, ou, antes, mais exposto à cobiça e à brutalidade dos senhores". A posição nítida de Miguel Lemos honra os positivistas que excluíram de seu grêmio os proprietários de escravos.³³

A incorporação do proletariado à sociedade, meta que lhes traçara o fundador da doutrina, só podia traduzir-se em termos brasileiros da época, no ideal abolicionista. Mais tarde assumiria, em relação ao homem rural, novas formas, reformistas ou simplesmente assistenciais.

O Positivismo morre como movimento após o cisma de 1883. Além de se estagnar em querelas de escola, perdeu oportunidade de injetar sangue

novo no movimento republicano pela insuficiência do diagnóstico da questão social brasileira, sobretudo a questão agrária, superficialmente identificada com o trabalho escravo. Nesse ponto, homens como Tavares Bastos, Nabuco e Rebouças viram mais longe.

Basta ver como Miguel Lemos traduzia em termos brasileiros a famosa "incorporação do proletariado à sociedade moderna". Para que vigorasse "era preciso que os ex-senhores garantissem a posse de um domicílio suficiente para amparar uma família; que desse aos seus antigos escravos um salário que lhes permitissem manter um lar, que se lhes assegurasse a cultura dos sentimentos altruísticos, que se lhes desse ensino necessário à profissão que desejassem seguir . . . e que deles se exigissem apenas seis horas de trabalho efetivo e, enfim, que se promovesse a substituição dos produtos que absorvem a nossa atividade agrícola por gêneros mais úteis e necessários à subsistência humana".³⁴

Tudo isso para que? Para impedir a fragmentação da grande propriedade! Isso está dito expressamente no panfleto de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, *A Liberdade Espiritual e a Organização do Trabalho*, contrariando o que preconizavam, empiricamente, na opinião dos discípulos de Comte, os abolicionistas. Ainda mais: manifestavam-se contra a pequena propriedade, "Cumpra manifestar-nos mais uma vez contra a panacéia da pequena propriedade que, a par da imigração européia costuma ser apregoada como a verdadeira solução do problema social entre nós".³⁵

Essa diluição do Positivismo, como doutrina social na onda de conservadorismo que submerge a República e explica suas contradições vai refletir-se mais tarde na obra de um pensador social que se volta expressamente para o problema rural e que é Alberto Torres, considerado por seus discípulos como sociólogo, o que já é expressivo.

Seja qual for a posição que se tome em relação ao Positivismo, admitida sua falência como filosofia, como doutrina social, como simples ideologia, não se pode deixar de reconhecer sua influência na formação de uma sociologia brasileira ou, quando menos, num poderoso estimulador de preocupações e reflexões sociológicas. Foi o Positivismo que modelou as primeiras interpretações do Brasil. Nisto, Cruz Costa tem razão ao afirmar: "É do tempo em que o Positivismo começa a influir sobre a inteligência brasileira, o aparecimento de obras e de trabalhos que revelam sempre preocupações sociológicas. Estas, mais próximas de problemas concretos, melhor se conformavam e conformam às condições de nossa cultura e do nosso espírito".³⁶

Hesita, no entanto, em colocar, entre essas obras, *Os Sertões* de Euclides da Cunha (1902), pelo seu caráter personalíssimo. No entanto, não há como omitir esse livro, entre as primeiras obras precursoras da sociologia brasileira, uma sociologia, é verdade, ainda muito penetrada das idéias e preconceitos pré-científicos do século XIX — mas sociologia na medida em que encarava o episódio do Conselheiro como um conflito de culturas e mentalidades. Pela primeira vez o escritor, dominando enorme massa de conhecimentos, engenheiro, geógrafo, etnógrafo, historiador, — com dotes de repórter e ficcionista —, manejando um estilo vibrante e, sobretudo, dominado por uma paixão de verdade e justiça, procura generalizar de um episódio da história agrária brasileira algumas das fundamentais diretrizes da nossa formação histórica e social. Pelos conhecimentos acumulados nesse livro, transbordante de opiniões e conceitos sobre o mundo rural, *Os Sertões* é quase um tratado de sociologia rural, principalmente, no capítulo sobre o homem, no qual figura a descrição, hoje antológica, do sertanejo. Quanto à paixão emancipadora de que o livro transborda em cada página, ele se inclui entre os mais autênticos e mais nobres documentos de reforma social em nosso país.

O movimento de idéias desfechado por Comte só encontraria concorrente sério em outra doutrina que se refletiu no pensamento brasileiro no último terço do século XIX e que foi o evolucionismo de Spencer e Haeckel. Spenceriano foi Sylvio Romero que brandia essa influência para singularizar-se de Tobias Barreto no grupo do Recife. E é o sergipano, sem dúvida "o precursor do esforço de interpretação do Brasil, que se vem processando desde os primeiros trabalhos do grande escritor, a partir de 1871".³⁷

Como ele próprio declarou, do alemanismo (sic) só tomara a influência histórica da raça e seu espírito crítico. Ao contrário de Tobias que não admirava o filósofo inglês, Sylvio Romero nutria-se sobretudo de Spencer. E mais do que de qualquer doutrina, de um sentimento nacionalista que o levou a buscar na etnografia e no folclore uma interpretação mais autêntica do Brasil. Do Positivismo tomou apenas o método e graças a este nos deu algumas das primeiras análises do mundo rural brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda disse, certa vez, que os positivistas tinham secreto horror à realidade nacional.³⁸ Tal coisa não se poderia jamais atribuir ao parcial, polêmico, Sylvio Romero. Eis como seu método concreto de reflexão o leva imediatamente ao povo, ao problema social e ao problema agrário brasileiro:

“... Em vez desse processo de vir do alto para baixo, espécie de método dedutivo, muito cômodo a quem pretende iludir, dialética de cunho escolástico, que acorrentou o pensamento humano durante o milênio inteiro

da Idade Média, deve-se, ao contrário, partir de baixo para cima, do povo para o Estado, das classes mais duramente tratadas pelas asperezas mais prementes da vida, classes que são a enorme maioria da nação, para os grupos privilegiados do grande comércio e da alta finança, até chegar ao lauto banquete do Estado, que desperdiça os frutos do suor de todos, devorando-os, e achando ainda jeito de ficar enalacrado em milhões. . .”

“ . . . O problema social tem que estudar as populações mais mesquinamente aquinhoadas, aquelas que labutam diariamente nos mais rigorosos meios de viver, em todas as zonas agrestes do país, e tem que apreciar também as gentes mais folgadas destas mesmas regiões. Tem de praticar o mesmo — nas povoações de segunda, terceira e quarta ordem do interior; tem que fazê-lo também nas maiores cidades, nas mais prósperas, como Manaus, Belém, Rio, Santos, São Paulo, e nas imediatas, como São Luiz, Fortaleza, Recife, Salvador, Porto Alegre. E’ um estudo de classes, indispensável ao conhecimento real da existência brasileira”.³⁹

Sylvio Romero viu com lucidez o problema do subdesenvolvimento brasileiro. Percebeu que, em suas raízes, era agrícola e rural. E que sua principal causa era o latifúndio monocultor. O trecho a seguir não deixa margem a dúvidas:

“Sob o aspecto social, direi, de modo geral, pelo que toca às nossas classes puramente populares, no restrito sentido que impropriamente se costuma dar a este qualificativo, que elas, nas zonas rurais, quase por toda a parte, se distinguem pelo analfabetismo, atraso, pobreza vizinha da miséria em grandíssimo número de casos, caráter dispersivo, falta completa de iniciativa, marasmo radical.

“ . . . Praieiros, matutos, tabaréus, caipiras, sertanejos formam um imenso proletariado rural, disseminado, amorfo, mal dirigido, pessimamente encaminhado.

“Raros possuem qualquer parcela de terra, porque esta anda quase toda, desde o pernicioso regime das antigas doações por sesmarias a olho, nas mãos de grandes proprietários, constituindo enormes latifúndios.

“Só numa ou outra região se vão lentamente retalhando esses imensos ducados feudais de nova espécie, dando lugar a pequenas propriedades, por enquanto pouco avultadas em número e em geral mal cuidadas e impropressivas”.⁴⁰

Não foi Spencer, nem muito menos Comte, que proporcionaram a Sylvio Romero essa visão sociológica do agro brasileiro. Além de sua genuína capacidade de ver e sentir que o colocava muito acima dos sociólogos de gabinete de sua época, o pensador sergipano foi marcado pela leitura de Le Play e Edmond de Tourville e pelo método monográfico de estudo regional que ambos introduziram em sociologia. Daí partir para uma sociologia descritiva e não puramente dedutiva como a praticada por quase todos os seus contemporâneos e até por seus sucessores que não aprenderam com ele o ensinamento básico do respeito à realidade.

Eis como ele via as populações rurais — e quem, nessa época, se preocupava com elas?

“É tempo de lançar vistas às populações rurais. Em primeira linha vêm, nas regiões de leste, centro e oeste, do paralelo 16 ou 15 para cima, os fazendeiros de criar, os proprietários de seringais, os senhores de engenhos de açúcar, os grandes cultivadores de cacau; nas terras meridionais, daqueles paralelos para baixo, — os fazendeiros de café, os donos de estâncias de criar, os senhores de engenhos de mate, conforme as zonas do país. Não são gentes que se possam considerar milionárias, nem mesmo, em grande parte, abastadas./Existem muitos desses proprietários completamente arruinados.

“Esta é a verdade, e, quase sempre, a origem dessa ruína, dessa quebradeira, é, até, da falta de braços, de pessoal idôneo e abundante para as respectivas indústrias, a rotina dos processos de trabalho./ Tal a fisionomia geral da nossa faustosa plutocracia agrária, que tanto ilude de longe./ Após os grandes agricultores, criadores e extratores ou apanhadores pelo método extensivo, mister é colocar os médios e pequenos lavradores, os donos de reduzidos sítios e fazendolas, de não avultados seringais, etc., etc.

“Logo após aparecem os *agregados* ou *moradores* que lavram terras dos grandes fazendeiros e senhores de engenho./ Não passam todos de precária mediania que se avizinha assaz da pobreza, manifesta em muitos casos.

“Seguem-se os trabalhadores rurais, propriamente ditos: antigos homens livres que vivem de seu serviço braçal, e antigos escravos, hoje livres, eles ou seus descendentes, que praticam de igual sorte./ Cumpre dizer quanto aos ex-escravos e sua prole, que só em mui reduzida porção permanecem nas fazendas e engenhos. A maior parte debandou para as vilas e cidades, confirmando, destarte, a irresistível tendência da raça negra para residir nas grandes aglomerações. . .

“Nas terras meridionais, em São Paulo, parte de Minas, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — deparam-se-nos os colonos estrangeiros ou seus descendentes. / Em Minas e São Paulo espalhados, como trabalhadores nas fazendas, em substituição do antigo braço escravo; em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul principalmente aglomerados em fortes núcleos, alguns, já hoje em dia, verdadeiras vilas e cidades. Os do campo vivem regularmente da produção agrícola; os das cidades dedicam-se a várias indústrias. / Estes são pela maior parte de origem alemã; aqueles de estirpe italiana.

“Após todas estas classes rurais, levemente apontadas, aparece, mesmo nos campos, a turba multa de vadios, dos pernósticos, dos cafajestes, como se diz em Pernambuco, que neste abençoado clima, passam sem ocupações, agregando-se aqui e ali aos proprietários de épocas em épocas, ou indo engrossar os numerosos troços de bandidos que, como os dos Balkans, da Albânia, do Atlas, da Corsega, da Serra Morena, da Sicília, — percorrem os nossos sertões. . .”⁴¹

Não é possível ser mais claro na condenação de uma estrutura agrária do que ele foi, numa linguagem que se pode considerar impressionista ou pré-científica, mas cujo sentido é iniludível:

“Em torno de três ou quatro regiões isoladas de prosperidade econômica distendem-se vastas zonas de marasmo. / Não é só: certo caráter de exclusivismo é nelas inegável, quer dizer que, nas terras em que predominam, tudo absorvem, não deixando campo a outros gêneros de atividade e cultura. / Tal o motivo capital por que se não retalharam os enormes latifúndios e não medrou a pequena lavoura nas regiões do açúcar, do café, da borracha, do mate, do ferro. / As conseqüências deste fato têm sido desastrosas. Não insistirei nelas, porque não estou escrevendo um livro e sim um opúsculo. / O caráter de intermitência de nossos principais produtos agrícolas e extrativos se evidencia na sua periodicidade em épocas certas do ano, dando lugar a largos meses de penúria e na maior ou menor intensidade ou escassez em períodos mais largos. . . / Não se assiste à formação lenta e gradual de uma democracia rural, ativa, autônoma, que vá acumulando a riqueza no amanho das terras. . . A conseqüência deste errôneo modo de colonizar é aquela mesma a que já aludi: o não se ter constituído a democracia rural, não se criarem as pequenas culturas. . . / Daí o conservarem, de alto a baixo, as nossas agriculturas principais francos sinais de espúrio feudalismo: o senhor e os escravos, ontem; o fazendeiro e os colonos, hoje. Pelo que diz respeito às indústrias extrativas: donos de seringais e a turba multa quase escravizada dos seringadores; os senhores de engenho de mate e os falquejadores que o colhem. Quanto às indústrias criadoras, no Norte: os fazendeiros e os seus vaqueiros; e no Sul, os estancieiros e seus capatazes e peões”⁴²

Não só se preocupou em descrever nossas "zonas sociais", numa primeira e importante caracterização da nossa ecologia humana e de nossa tipologia sócio-antropológica; mas também procurou delinear a sociedade agrária e oligárquica do seu tempo, definindo suas principais camadas e esboçando uma tipologia social das mais importantes. Tem razão Diegues quando afirma que ele antecipou em grande parte o moderno conceito da área cultural e o material que reuniu não deixa de ser de genuína sociologia rural.⁴³

Nas pegadas de Sylvio Romero seguiu Arthur Orlando com *Brasil. — a terra e o homem* que é de 1913. Sua caracterização do homem rural é uma antecipação de estudos posteriores. Por trás das generalizações sobre o brasileiro descobre as realidades humanas regionais do tapuio, do sertanejo, do campineiro, do colono europeu e assim por diante.

E' curioso notar que, mais tarde, um sociólogo rural dos mais ilustres e completos, iniciaria seu livro clássico sobre o Brasil com uma descrição dos tipos regionais. E outro a quem devemos importantes estudos da realidade rural brasileira, tentando desenvolver um plano de pesquisa para o meio agrário, não esqueceu de incluir vários tipos regionais ainda hoje preservados devido ao isolamento das áreas geográficas em que surgiram. Razão assiste, portanto, a Diegues quando afirma que "nossa realidade rural não pode distanciar-se muito de nossa realidade urbana; são facetas de um mesmo campo: o estudo da Região. Pois no Brasil a realidade mais viva e mais palpitante, antes que exclusivamente rural ou exclusivamente o urbano, é a Região. Por isso mesmo, entre nós, não raro o rural se torna o regional. . ."⁴⁴

E' pena que Sylvio Romero não tenha deixado escola. As condições do ensino universitário do seu tempo não permitiam a formação de um núcleo permanente de estudantes ao redor do Mestre, aprofundando, comprovando ou revendo suas conclusões. Se isso tivesse ocorrido, o Brasil teria atravessado, na época, singular revolução intelectual.

Como tal não ocorreu, a sociologia posterior a Sylvio Romero representa um retrocesso, um descaminho ou uma evasão. E' o caso de Alberto Torres, apregoado mais tarde líder nacionalista mas cuja obra errada e contraditória, não permite tal classificação. Quando muito, foi um crítico das instituições republicanas, preocupado com a organização política nacional, mas sua crítica não se subordina a um diagnóstico lúcido e coerente de nossa estrutura social. De algumas observações certas não tira conclusões adequadas sobre nossa realidade. Em relação a Tavares Bastos, a Sylvio Romero e a tantos outros que o precederam, Alberto Torres é um desapontamento. Sua análise sobre a contribuição do colono europeu e da própria colonização é inteiramente errada.⁴⁵

Sua xenofobia indiscriminada não se firma numa crítica fundamentada de nossa estrutura social e principalmente de nossa economia agrária. Ao afirmar taxativamente que "o Brasil tem por destino ser um país agrícola" não levou adiante essa temerária afirmativa, nem tentou harmonizá-la com sua repulsa ao capital estrangeiro. Recomendou o crédito aos lavradores, o cooperativismo, o protecionismo agrário (sic) sem articular essas recomendações numa doutrina sociológica. Achava que o trabalho rural devia ser regulamentado (!?) — e nisso encontrou discípulos e sucessores — sem tocar no cerne da questão agrária. Sobre esta nada achou mais importante dizer que o combate ao desmatamento!⁴⁶

Apesar de tudo isso, Alberto Torres exerceu grande influência nos publicistas que versaram o problema durante a República. A "organização" — mito comtiano — perseguiu e ainda persegue muitos estudiosos que se preocuparam com a agricultura e o meio rural brasileiro. E' o caso, por exemplo, de Teixeira de Freitas que equacionou o problema agrário brasileiro em termos de nucleamento de nossas populações, ou seja de organização territorial. Em 1935, elaborou a primeira tentativa de um diagnóstico coerente do chamado "problema rural", que, na década, consumiu caudais de tinta. Vale a pena transcrever a lista do que chamava "as realidades desfavoráveis", ou seja, os problemas sociais do meio rural:

1. Excessiva dispersão dos elementos demográficos, dando lugar a que não pequena parte deles viva em completo isolamento social, que é acompanhado muitas vezes de uma extrema degradação física e moral.
2. Insuficiência em alguns pontos, de assistência religiosa, facilitando o regresso moral que outros fatores provocam.
3. Falta, bastante generalizada, de higiene urbana e mesmo individual e doméstica, em algumas camadas sociais.
4. Extrema miséria de uma parte do proletariado agrícola, sujeitando essa camada da população às mais precárias condições de alimentação, vestuário e habitação.
5. Aparecimento freqüente de surtos de banditismo.
6. Abuso do álcool impressionantemente difundido.
7. Péssimo estado sanitário de algumas zonas, resultando da multiplicada ocorrência de um ou mais dos grandes males reinantes no interior brasileiro (sífilis, moléstias pulmonares ou gastrintestinais, morfêia, bócio, opilação, impaludismo e outras febres, gripe, etc.).
8. Exercício impune, em toda a parte, do curandeirismo pernicioso dos feiticeiros e charlatães.

9. Falta de assistência médica e farmacêutica à grande massa da população rural e mesmo a inúmeros núcleos de relativa importância.
10. Propagação deletéria do jogo.
11. Rotina nos processos de trabalho.
12. Devastação cega, impiedosa, muitas vezes improdutiva e desnecessária das matas.
13. Deficiência de meios de comunicação e transporte.
14. Insuficiência do número de cidades dignas desse nome, como elementos coordenadores da vida social e econômica.
15. Falta de organização técnica e administrativa na generalidade das explorações agrícolas.
16. Analfabetismo em massa nas populações rurais e ainda em grande parte das populações urbanas.
17. Falta dos mais rudimentares conhecimentos de vida prática na maior parte das camadas sociais.
18. Regressão ao analfabetismo manifestada entre ex-alunos das escolas primárias, devido ao atraso de vida social que, em certos meios não dá ensejo à utilização dos conhecimentos adquiridos.
19. Insuficiência da assistência administrativa às classes produtoras.
20. Ação dissolvente do cinematógrafo sem a devida censura.
21. Indivisão, falta de demarcação e não legalização da propriedade.
22. Grande confusão em matéria de pesos e medidas.
23. Rudimentarismo no sistema das instituições de crédito.
24. Irrracionalidade na divisão administrativa do território.
25. Atuação imperfeita e deficiente da administração municipal, pela falta de um controle superior, pelo desconhecimento dos próprios limites territoriais, pelos extravagantes casos de extraterritorialidade de seus poderes e pela falta de coordenação e solidariedade dos seus esforços entre os vários municípios.
26. Falta de harmonia e convergência na iniciativa dos vários ramos da administração pública.
27. Deficiência de seleção, disciplina, remuneração e estímulo na constituição do funcionalismo público em geral".⁴⁷

Lynn Smith, comentando essa extensa lista, diz o seguinte: "As realidades tratadas por Teixeira de Freitas não se originaram em 1920 nem mesmo, em muitos casos, no século XX; nem se tornaram menos agudas depois que as escreveu. Na maioria, porém, permanecem, defrontam-nas ainda todos aqueles que, na segunda metade do século XX, se preocupam com o desenvolvimento social e econômico, e com os problemas que acarretam a luta do Brasil por um uso mais produtivo de suas potencialidades"; e observava que

não mencionava os problemas de arrendamento que se tornaria vinte anos mais tarde uma das preocupações dos sociólogos rurais brasileiros.⁴⁸

As "realidades desfavoráveis" de Teixeira de Freitas já pertencem à década de 1930. Já soara, entretanto, a hora da sociologia propriamente dita, isto é, de uma visão sistemática e científica do campo brasileiro.

A obra de Oliveira Vianna é uma curiosa transição entre esses trabalhos de começo de século e as preocupações da moderna sociologia rural brasileira. Seus andaimes científicos datam, principalmente da primeira fase de sua obra, dos teorizadores do século XIX preocupados com os *fatores* da história e da evolução social. Vacilou entre os racistas (Lapouge, Ammon, etc.) e os mesologistas (Ratzel), inclinando-se bastante em favor dos primeiros. Dos três fatores de Taine — raça, meio e momento histórico — dava preponderância ao primeiro, exatamente o mais complexo e obscuro, na formação da sociedade brasileira. Só mais tarde, o contato com a antropologia cultural norte-americana fez com que temperasse seu biologismo, aliás de escassa base científica, com uma leve dose de culturalismo.

Começou como historiador. Foi pela história que ingressou no campo dos estudos sociais. Em 1920, no entanto, convidado a escrever a introdução ao Censo, encontrou oportunidade para expor, num largo afresco, suas idéias sobre nossa formação social, mais tarde publicada em livro sob o título de *Evolução do Povo Brasileiro*.

Inaugura, entre nós, a galeria dos clássicos, dos grandes mestres da sociologia brasileira. O que o diferencia dos precursores até aqui tratados é a nítida motivação e intenção sociológica de sua obra, é a interpretação declaradamente sociológica do Brasil. Oliveira Vianna declara-se, percebe-se como sociólogo. Desde os ensaios reunidos no livro *Pequenos Ensaios de Psicologia Social* essa intenção sociológica transparece em tudo que escreveu o mestre fluminense. Considerava-se antes de tudo um sociólogo, além de jurista e humanista.

Apesar das restrições que possa sofrer, seu equipamento teórico e metodológico pertence, sem dúvida, a um grupo de estudiosos de gabinete ou de ensaístas que se debruçaram sobre a realidade brasileira comprovando ou reprovando teorias sociológicas. A contribuição desse grupo hoje muito criticado e detratado foi, no entanto, de grande valia. Sobre suas hipóteses, muitas vezes gratuitas e sem fundamento empírico, trabalhou a geração seguinte de sociólogos rurais.

Oliveira Vianna que muitos consideram discípulo de Torres é a nosso ver muitas vezes mais importante pela erudição histórica e pela sólida formação teórica sociológica, mais que pela pesquisa. Grande leitor do que havia de mais recente na sociologia européia e norte-americana, ao que sabemos, nunca se abalou de seu gabinete para realizar ele próprio uma pesquisa de campo, embora encorajasse seus discípulos e amigos a fazê-lo. Talvez por isso cometesse algumas cingidas como na sua curiosa descrição do "gaúcho da fronteira", tipo que segundo parece nunca viu. Sua obra atravessa uma fase decisiva de transformações na sociedade brasileira. Embora seus primeiros trabalhos datem da década de 1920, o principal dela se publica depois de 1930, ano decisivo para o mundo agrário brasileiro e sua interpretação sociológica.

A SOCIOLOGIA RURAL BRASILEIRA: ORIGENS E INFLUÊNCIAS (1930-1950)

Na década de 1930 convergem influências que vão resultar no aparecimento da sociologia rural como ciência. É um decênio de autodescoberta do Brasil. Deflagra esse movimento o modernismo que irrompeu quase ao mesmo tempo em São Paulo e no Recife. Poderíamos mesmo dizer que, se a sociologia brasileira e principalmente os estudos rurais viveram até 1930 sob o signo do Positivismo, daí por diante crescem sob a influência do modernismo e de suas preocupações. Uma delas era a busca do que havia entre nós de mais tradicional e de mais autenticamente nacional. Em literatura essa busca de autenticidade se reflete em obras que procuram retratar o homem brasileiro típico, precisamente o homem do campo, na sua falta, nos seus hábitos, no seu modo de ser. Daí o regionalismo que vai suscitar uma série de obras de ficção muitas das quais constituem, ainda hoje, precioso documentário sobre a vida rural em certas áreas do país. Monteiro Lobato foi em literatura um precursor dessa tendência nova, embora, como Oliveira Vianna na sociologia, ele também, representa um autor de transição. Antes de 1930 os escritores viam a realidade brasileira através do prisma de uma sensibilidade se não européia, o que não é exato, pelo menos urbana ou cosmopolita, sem nenhuma preocupação regional. De 1930 em diante surgem as obras vigorosas dos romancistas e poetas brasileiros que passaram a se voltar para o mais genuíno em nossa vida social.

Em 1928 surge *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, que inaugura entre nós o romance da terra, do qual o *Canaan* de Graça Aranha (1902)

foi antecipação sofisticada e imperfeita. Mesmo quando usam cenários urbanos, as preocupações desses romancistas são o drama da migração, e seus atores — os migrantes rurais — os mesmos que iriam nos olhar, descarnados e aflitos, dos painéis de Portinari. Os *Corumbas* de Amando Fontes (1933), *Vidas Secas* de Graciliano Ramos (1938), *As Três Marias* de Raquel de Queiroz (1939) *Fogo Morto* de José Lins do Rego (1943) foram marcos, entre muitos outros desses e de outros autores, nesse processo da descoberta romaneada do nosso homem rural, de suas angústias e problemas. De 1944 é *São Jorge dos Ilhéus*, que um crítico chamou "grande mural da região caueira".

Dá por diante, o romance de terra sofreria profundas modificações. Seu eixo se deslocaria para o Planalto Central, criando o que Manuel Cavalcanti Proença chamou "a literatura do Chapadão", iniciada por Hugo Carvalho Ramos em 1917 no seu *Tropas e Boiadas*. De 1944 é *Ermos e Gerais* de Bernardo Elis, ao qual, se sucederiam as obras de Mário Palmério — *Vila dos Confins* é de 1956.

O romance social que vinha sendo a moldura da visão literária do homem do campo cede lugar a um novo tipo a que pertencem *Sagarana*, de Guimarães Rosa (1945), e os *Servos da Morte*, de Adonias Filho (1946). E é nessa perspectiva nova, menos realista que surrealista, que vai se inserir toda a obra de Guimarães Rosa. E' nela ainda que se coloca o *Coronel e o Lobis-homem* de José Candido de Carvalho (1964), onde os temas rurais se diluem num mundo mágico e ganham em universalidade.

Outra tendência do modernismo foi a busca do documento de tal forma que em algumas de suas obras mais representativas, como em *Macunaíma*, não se distingue o que é a criação literária e o que é repetição de temas folclóricos. Essa volta às tradições não podia deixar de abrir novas perspectivas sobre a contribuição do índio e do negro na sociedade brasileira. O regionalismo, portanto, é uma designação ampla para cobrir toda essa riqueza de tendências e influências no bojo do modernismo. E' curioso apontar que homens como Gilberto Freyre, José Américo de Almeida e José Lins do Rego foram signatários de manifestos regionalistas.⁴⁹

Do ponto de vista sociológico essa nova tendência representou uma descida às camadas mais profundas, populares, e genuínas da alma brasileira; e do ponto de vista antropológico uma verdadeira descoberta das peculiaridades e riquezas das subculturas, dantes simplesmente enumeradas pelos autores da República.⁵⁰

Interpretada a palavra subcultura tanto no sentido étnico-cultural como no sentido regional, o que os novos autores trazem é mais que seu conhecimento, sua valorização. A tal ponto que alguns romances da época, diretamente inspirados nessas idéias, mais parecem, pelo título, trabalhos monográficos — como *Os Corumbas* de Amando Fontes, *Os Capitães de Areia* de Jorge Amado e tantos outros que visaram captar, dentro das técnicas da ficção, a vida e os hábitos de certos tipos regionais ou de certas subcamadas de nosso povo.

O decênio que se inaugura sob essas influências promissoras logo frutifica em obras marcantes como *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (1933). Não se trata evidentemente de um livro de sociologia rural e até hoje há quem conteste seu caráter sociológico e científico. Na verdade, seu autor rompendo os moldes estreitos da ciência positivista, criou uma obra complexa de história social, de antropologia e de ecologia regional. É tal a riqueza sugestiva dessa obra e das outras de Gilberto Freyre que se lhe seguiram que, até hoje suas verificações e hipóteses constituem matéria de reflexão e motivação de pesquisa ao sociólogo rural.

Pelas profundas repercussões na inteligência brasileira a obra de Gilberto Freyre transcende de muito os limites da sociologia rural. Tais as dimensões dessa obra, apesar das tentativas reiteradas de diminuí-la, que seria ridículo tentar enquadrá-la no campo de uma disciplina científica ou etiquetar o autor com rótulos unidisciplinares.

Casa Grande & Senzala representa uma convergência tão rica de escolas e tendências que constitui, nas ciências sociais e na literatura sociológica brasileira, um marco difícil de ser ultrapassado. Dessa obra partiram por sua vez correntes de interpretação e pesquisa, sugestões e sínteses que até hoje enriquecem o campo da sociologia em nosso país. O livro, antes de tudo, inaugura uma visão nova da formação histórica e social do Brasil, mas isso não o enquadra rigorosamente na classificação da história social, porque sua análise mudou toda a perspectiva dos estudos sociológicos e a própria visão das relações raciais e sociais no Brasil que levaria a uma valorização do português e do negro, e das suas respectivas contribuições à cultura brasileira.

O próprio Gilberto Freyre num trabalho constante de auto-análise e de reflexão sobre sua obra, conta a história da elaboração do livro.

Exilado em 1930 pela política estadual, começou a viajar, partindo da Bahia, indo a Portugal onde deparou com um convite da Universidade de

Stanford para lecionar nos Estados Unidos, como professor visitante. Voltou de Stanford a Nova York, percorrendo boa parte dos Estados Unidos, sobretudo o Novo México, Arizona, Texas e todo o Sul, cuja semelhança com o Nordeste não podia deixar de ferir sua retina. Na Universidade de Colúmbia, foi aluno de Antropologia de Franz Boas, figura que marcou sua formação. O próprio Gilberto descreve essa influência. "Foi o estudo de Antropologia, sob a orientação do Professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor — separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de famílias".⁵¹ No entanto, completou essa influência com extensas leituras que abrangiam praticamente a antropologia social, a sociologia, os cronistas e viajantes da época colonial brasileira. A bibliografia de seus livros inclui não só obras de pesquisas sociológica e antropológica, como artigos de jornais, novelas, produções folclóricas, etc., etc. Enriqueceu tudo isso com uma extensa cultura literária; talvez depois de Boas foi Proust o autor que mais o influenciou, como transparece da seguinte frase do seu livro:

"A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credices da senzala. O estudo da história íntima de um povo tem alguma coisa de instrospecção proustiana; os Goncourt já o chamavam 'ce vrai roman'".

Grande foi a discussão que se acendeu em torno da obra de Gilberto Freyre. Houve quem tentasse restringir o âmbito de suas generalizações, limitando-as ao Nordeste açucareiro e escravocrata; no entanto, o sociólogo pernambucano, como que antecipando essas contestações, escrevia no prefácio à primeira edição do seu livro:

". . . A casa-grande, embora associada particularmente ao engenho de cana, ao patriarca nortista, não se deve considerar expressão exclusiva do açúcar, mas da monocultura escravocrata e latifundiária em geral; criou-a no Sul o café tão brasileiro como no Norte o açúcar. Percorrendo-se a antiga zona fluminense e paulista dos cafezais, sente-se nos casarões em ruínas, nas terras ainda sangrando das derrubadas e dos processos de lavoura latifundiária, a expressão do mesmo impulso econômico que em Pernambuco criou as casas-grandes de Megaípe, de Anjos, de Noruega, de Monjope de Gaipió, de

Morenos; e devastou parte considerável da região chamada "da mata". Notam-se, é certo, variações devidas umas a diferenças de clima, outras a contrastes psicológicos e ao fato da monocultura latifundiária ter sido, em São Paulo, pelo menos, um regime sobreposto, no fim do século XVIII, ao da pequena propriedade".⁵²

Na realidade, *Casa-Grande & Senzala* é a análise do latifúndio brasileiro. É história na medida em que recobre as áreas, onde a escravidão desapareceu, é análise contemporânea na medida em que ainda permanecem suas marcas. Nada melhor para compreender o mecanismo atual, as engrenagens íntimas do nosso latifúndio, as suas raízes históricas e ao mesmo tempo a sua contemporaneidade, do que uma leitura atenta de *Casa Grande & Senzala*.

Importante ainda, para a compreensão da região nordestina, é o livro que lhe ofereceu Gilberto Freyre após o qual ele se dedicou à evolução da sociedade urbana em *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*. De proporções mais modestas, mas de grande importância como estudo regional, *Nordeste* (1937) suscitou toda uma série de obras que pretenderam imitá-lo, contestá-lo ou corrigí-lo.

Embora levando a conclusões opostas, a obra de Gilberto Freyre é dominada pelas mesmas preocupações de Oliveira Vianna, mas, ao contrário, deste, teve efeito liberatório, resgatando a inteligência brasileira dos complexos e obsessões racistas que o sociólogo fluminense de certa forma ratificava.

O professor Rodolfo Stavenhagen, ao apresentar uma visão geral dos estudos sociológicos da vida rural no Brasil divide-os em três períodos: (1) o que chega até 1930 e que chama de pré-sociológico, pelas suas dependências em relação à economia, à história e à geografia; (2) o que se estenderia, a partir daí, até 1950 com a criação de instituições como a Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1933), substituindo-se o antigo ângulo empírico pela análise sociológica, antropológica e histórico-social dos problemas; e (3) finalmente o que vem de 1950 até nossos dias e no qual se procura integrar a pesquisa de campo na teoria, sobretudo a partir do Seminário Internacional sobre os problemas da posse de terra em Campinas, São Paulo (1953) no qual se discutiram os obstáculos sociais ao desenvolvimento econômico, sobretudo ao desenvolvimento agrário.⁵³

Sejam quais forem as restrições que se oponham à divisão de períodos estabelecida pelo sociólogo mexicano, não há dúvida que todos concordarão na importância da fase que se estende de 1930 a 1950, e que bem pode ser chamada de institucionalização. Não tanto pela criação de instituições de

ensino e pesquisa, como a citada por ele, e cuja influência foi enorme — mas pelo reconhecimento, aceitação e valorização da sociologia rural, como *instrumento* de ação por diversas entidades públicas e privadas. E pela multiplicação das pesquisas de campo que, por sua vez, resultaram em obras de maior significação para a disciplina e para a compreensão do Brasil.

Nem todas as obras desse período se enquadram rigorosamente no campo da sociologia rural. Historiadores, geógrafos, economistas rurais, folcloristas e antropólogos sociais colaboram nesse quadro amplo dos estudos rurais e regionais que representam verdadeira descoberta do Brasil.

Esses livros se multiplicam a partir de 1930. Primeiro os amplos estudos da agricultura e dos problemas da vida rural, tratados num sentido econômico e social (mas nem sempre sociológico). Debaixo do refrão do “país essencialmente agrícola”, vários estudos aparecem que não versam propriamente matéria agrícola. Um dos autores mais representativos do período é Luis Amaral. A ele devemos a primeira tentativa séria de história da nossa agricultura. Embora inúmeros reparos se possam fazer à metodologia, à estrutura da obra, — sobretudo à falta de sentido histórico, à sua tendência de alinhar documentos e de pautar a evolução de um dado cultivo pela legislação que o amparou ou prejudicou, à ausência de compreensão sociológica e à escassez de indicações bibliográficas, — seu esforço pioneiro de sistematização de dados e da fixação de uma seqüência cronológica preencheu um grande vácuo e merece atenção.⁵⁴

Muito mais, no entanto, merece a nosso ver seus *Aspectos Fundamentais da Vida Rural Brasileira* (1936) que bem exprime a atitude da elite da época em relação ao meio rural, ao rurícola e seus problemas. Aborda temas que serão os de toda uma década e se prolongarão até nossos dias. O subtítulo do livro é — “Ensaio sobre a rotina agrícola”. Analisa o fenômeno e suas causas, comenta a devastação causada pela agricultura predatória e focaliza os males do latifúndio sustentando a tese que o fundamento da propriedade deveria ser o trabalho. Preconiza a intervenção “direta e violenta” (sic) do Estado na distribuição da terra e defende a pequena propriedade.⁵⁵ Tudo isso é escrito com simplicidade, sustentando suas conclusões em dados quantitativos e em observações de quem conhecia de perto os problemas sociais do campo.

Simultaneamente a ensaios desse tipo, expande-se uma literatura de descrição regional não necessariamente sociológica, nem geográfica, às vezes literária, mas tangenciando esses domínios. Antes de *Casa Grande & Senzala*, o modelo confessado ou subliminar desses livros é, em grande número de casos,

Os *Sertões* cujo estilo teve imitadores de várias estaturas, alguns, jornalistas de talento, outros geógrafos ou historiadores sociais que buscaram, sem grande sucesso, realizar a síntese de Euclides. É o caso de Raymundo de Moraes⁵⁶ e de suas descrições, às vezes imaginosas de fatos e cenas da Amazônia. Ou, sobre a mesma região o livro de Araújo Lima, de pretensões mais ambiciosas⁵⁷ mas cujo autor às vezes se perde em períodos farfalhudos e em frases de valor mais retórico que científico. Mais seco e preciso é *Terra de Sol*, de Gustavo Barroso,⁵⁸ no qual o autor põe a simplicidade de seu estilo a serviço da realidade nordestina. Em 1934, Alberto Lamago Filho começa uma série de livros sobre a região fluminense, descrevendo a planície de Campos dos Goitacases, desde sua geologia até sua história social, sua gente e seus costumes.⁵⁹ É talvez a obra mais relevante de descrição e interpretação regional, na qual acentuou os aspectos geográficos mas não desatendeu à história social incursionando na interpretação sociológica.

Em 1937, quando *Nordeste* saía a lume, Djacir Menezes publicava *O Outro Nordeste* onde traçava as linhas mestras da organização social de uma região que o autor de *Sobrados e Mucambos* deixara na sombra: a zona da caatinga, do criatório, do vaqueiro, do sertão e do sertanejo que discrepa, sob tantos aspectos da faixa litorânea açucareira, dos engenhos, bangüês e usinas.

Esses livros tiveram imitadores em vários quadrantes do Brasil. Em 1939, Sérgio Milliet escrevia seu *Roteiro do Café*; em 1941, Nelson Werneck Sodré lançava *Oeste*, concentrando seu estudo sobre a grande propriedade pastoril, sua história social e seus efeitos na região mato-grossense; em 1942, R. P. Castelo Branco escrevia *A Civilização do Couro*, enfocando o sertão piauiense.

Os paulistas passaram logo a reproduzir, em sua região, essa metodologia de descoberta e interpretação: em 1943, Tavares de Almeida, muito inspirado por certas preocupações de Oliveira Vianna, estudou a experiência etnográfica e cultural do Oeste paulista; Carlos Borges Schmidt estudava a vida agrícola no vale do Paraitinga, e Vasconcelos Torres fazia o mesmo no Estado do Rio. Em 1944, M. Cavalcanti Proença, no São Francisco, João Camilo de Oliveira Torres, em Minas Gerais, continuaram essa tradição de regionalismo, dosado ou não de sociologia, de história, de geografia. Mas à medida que entramos na década de 40 sentimos que preocupações mais específicas vão aparecendo.⁶⁰

De 1937 é a primeira pesquisa sobre o nível de vida do trabalhador rural do Brasil. Seus autores, Evaristo Leitão, Rômulo Cavina e João Soares

Palmeira aplicaram questionários, elaboraram tabelas e fizeram um trabalho que, em sua amplitude, só seria repetido na década de 1960 pela Fundação Getúlio Vargas.⁶¹ Em Pernambuco, Souza Barros analisava e confrontava dados para verificar a distribuição da pequena, média e grande propriedade no Estado, reproduzindo, no método, notável estudo de Caio Prado Júnior, publicado em 1935, sobre a propriedade rural paulista. Eram as primeiras aplicações do método empírico e estatístico a monografias de sociologia rural.

Em 1939 aparece, com o título de *Sociedade Rural, seus problemas e sua educação* o livro de A. Carneiro Leão que, no quadro de sua experiência de educador em Pernambuco, discute problemas de saúde e nutrição, aponta a responsabilidade da monocultura na composição da dieta e nas doenças de carência, analisa a habitação nordestina e o regime do trabalho na região. Não satisfeito com essa visão regional, o autor procura estudar, num quadro mais amplo de referências, o caráter rural da sociedade brasileira e o êxodo do campo para as cidades, procurando traçar as diretrizes de uma política. Depois dessa primeira parte dedicada à sociedade rural e seus problemas, Carneiro Leão volta-se para os temas que mais o preocupavam, de educação popular, sobretudo a escola primária, comparando experiências de vários países que teve ocasião de visitar. Apesar de sua falta de unidade, o livro teve o mérito de indicar, na época, a importância do contexto sociológico para a compreensão dos problemas educacionais, sobretudo da educação rural e, principalmente, estabeleceu um elo entre a alfabetização e as características sociológicas da população rural.⁶²

E' nesse momento que se inicia praticamente a contribuição de uma importante categoria científica ao estudo dos problemas rurais brasileiros. Tentando ver em retrospecto as influências que determinaram o aparecimento de uma sociologia rural no Brasil, um pesquisador marcou da seguinte forma um dos seus avanços mais significativos:

“Na década de 1940-50 uma nova linha de interpretação veio a surgir. Abandonou-se a linha intelectual baseada na História, e na visão personalista dos fenômenos atuais começaram a surgir “estudos de campo”. Isto é, afastavam-se os profissionais dos gabinetes e começaram a estudar a realidade no local onde deveria ser conhecida. A Pesquisa passou a ser sinônimo de “trabalho de campo” e os nomes mais significativos desta corrente foram Willems e D. Pierson em São Paulo. O estudo, nesta forma, passou a ser considerado como de nível superior aos outros e as instituições de ensino de ciências sociais criadas neste período, começaram a formar técnicos que necessitavam de realizar trabalhos daquele tipo para alcançar o reconhecimento

profissional. A concepção de "trabalho de campo" permaneceu, entretanto, vinculada quase exclusivamente, ao mundo rural".⁶³

Ora, o trabalho de campo a que se refere o autor é precisamente o dos antropólogos sociais. Depois que, no bojo do movimento de idéias do modernismo, Arthur Ramos lançou *O Negro Brasileiro* e estimulou o estudo das culturas não-portuguesas do Brasil, outros antropólogos o acompanharam nesse filão, entre eles Emilio Willems. Manuel Diegues Jr., um dos protagonistas nordestinos desse movimento antropológico de estudo da cultura brasileira considera a pesquisa de Willems sobre Cunha, São Paulo, como "o primeiro trabalho que já poderíamos chamar de Sociologia Rural" e acrescenta: ". . . É o primeiro trabalho de campo em torno de uma vila rural, fixando-lhe suas características sociais, num quadro autenticamente de Sociologia Rural".⁶⁴

Cunha é de 1947. Inaugura a série de estudos antropológicos da cultura rural brasileira e principalmente o que viria a constituir uma linha da sociologia do campo brasileiro nessa década, o estudo de comunidades. A presença de Willems se faria sentir cada vez mais daí por diante. Seu ensaio sobre o *Problema Rural Brasileiro do ponto de vista antropológico*⁶⁵ é da maior importância como abertura de novas perspectivas.

"Nas minhas pesquisas, realizadas no Brasil desde 1932, tratei de estudar quatro temas principais, todos relacionados com problemas rurais: grupos étnicos derivados de elementos imigrados, comunidades caboclas, desenvolvimento do protestantismo e comunidades pioneiras". / "As etnias estudadas entre 1931 e 1946 foram os descendentes de alemães radicados nos Estados sulinos, e os japoneses e seus descendentes fixados no Estado de São Paulo. Ambos os grupos foram, pelo menos originariamente, camponeses em sua grande maioria. Examinei, sobretudo, as mudanças que a cultura desses grupos sofreu no processo de transplantação, como também as influências que exerceu sobre as populações brasileiras com que entrou em contato". / "Os meus estudos de comunidades rurais de origem mista realizaram-se, entre 1945 e 1949, em duas das regiões mais isoladas do Estado de São Paulo: no município de Cunha e no litoral norte, especialmente na Ilha dos Búzios. Pouco se sabia então sobre esse tipo de sociedade, de modo que uma das minhas preocupações foi a de apresentar um retrato descritivo da cultura, mas ao mesmo tempo pus em relevo as mudanças que estavam sendo causadas pela intensificação de contatos com o mundo de fora. Especialmente em Cunha examinei a integração da agricultura local nos mercados urbanos e os efeitos que esse processo estava tendo sobre a estrutura social e as formas

tradicionais de comportamento". / "O denominador comum de todas as minhas pesquisas no Brasil é o problema da mudança cultural. O estudo da mudança cultural, sobretudo no meio rural brasileiro, também foi um dos temas principais dos cursos que ministrei na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, entre 1937 e 1949, e na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, de 1941 a 1949".⁶⁶

Em 1948, Donald Pierson traçou um verdadeiro programa de estudos sistemáticos das comunidades rurais brasileiras ainda hoje longe de ser esgotado.

"... Como já se evidenciou, escrevia então, o Brasil oferece uma extensa variedade de pequenas comunidades, cujas sociedades e culturas mereceriam estudo cuidadoso e prolongado por sociólogos e antropólogos sociais. Estas comunidades não se limitam, de modo algum, a aldeias indígenas, cujo acesso, sob as atuais condições físicas, faz surgir problemas mais sérios do que em muitas outras partes da América Latina, como, por exemplo, no México, no Peru ou na Bolívia, o mesmo acontecendo com a residência nas mesmas". / "Além das anteriormente mencionadas, comunidades tais como as seguintes mereceriam estudo sistemático: 1. comunidades (de origem européia) relativamente isoladas que mantiveram em grande parte inalterados seus *folkways*, *mores* e instituições originais, principalmente, europeus. . . 2. comunidades (de origem européia) antigamente isoladas, e agora cada vez mais em contato com o mundo exterior, e especialmente com uma economia industrial em desenvolvimento. . . 3. comunidades isoladas de negros parcialmente assimilados. . . 4. comunidades bilíngües. . . 5. a comunidade estabelecida (em 1943), sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, em Barra do Corda, uma região "de fronteira" escassamente habitada no Estado do Maranhão. . . 6. comunidade "de fronteira" multirracial e cuja população é toda de classe baixa. . . 7. comunidades "de fronteira" multirraciais e cuja população é de várias classes. . . 8. comunidades de "muxungos", povo mestiço de pele clara, olhos azuis ou verdes, lábios finos, na costa do Rio de Janeiro, perto da foz do rio Paraíba, cuja origem racial é desconhecida; 9. comunidades de "mocarongos", mestiços, principalmente de origem indo-negra, na área montanhosa de densa mata no nordeste do Estado do Rio de Janeiro; 10. uma comunidade de cidadãos vindos de Alabama, nos Estados Unidos, fundada logo depois da Guerra Civil, a 16 quilômetros de Santarém para o interior, no Amazonas tropical, de cujos habitantes alguns ainda falam inglês; comunidades semelhantes em Americana e em Santa Bárbara, no Estado de São Paulo; 11. uma comunidade de "invasores", composta de alguns povoadores de Minas e Espírito Santo, que vivem quase completamente isolados, com uma economia auto-suficiente, na região ao

longo do limite entre Espírito Santo e Minas Gerais. . . 12. "mecas", como Bom Jesus da Lapa, no rio São Francisco, na Bahia, para onde se dirigem anualmente milhares de peregrinos, muitos vindos de longínquas regiões; 13. "estações de água" . . . 14. "cidades-de-fim-de-linha-de-estrada-de-ferro" que, de um modo especial, são intermediárias de contato entre centros urbanos e extensas zonas rurais; 15. "cidades-ribeirinhas", com as quais a comunicação se faz inteiramente por via fluvial".⁶⁷

Como se vê, embora se tratasse de um ambicioso programa de estudo sócio-antropológico de comunidades, pouco lhe faltaria para tornar-se legitimamente sociológico. Não mereceu, entretanto, o apoio continuado de nenhuma instituição ou Fundação. Alguns dos seus alvos foram atingidos ao acaso do interesse ou da preocupação de um ou outro estudioso. Quem mais se aproximou de sua realização, anos mais tarde, foi Manuel Diegues Jr. quando estabeleceu um programa de publicações sobre vida rural no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo desempenhou importante papel nessa fase da sociologia rural, reunindo pesquisadores nacionais e estrangeiros. Instituição pioneira na ciência social no Brasil transformou-se por esse tempo em importante centro de estudo das sociedades e culturas brasileiras. Graças a ela, Samuel H. Lowrie estudou problemas de população e casamento inter-racial e Herbert Baldus empreendeu grande coleta de material etnográfico. Emilio Willems aí iniciou seus estudos de cultura e mudança cultural em comunidades do Estado de São Paulo. Mário Wagner estudou a festa do Bom Jesus de Pirapora, no Estado de São Paulo, dando particular atenção à mudança na natureza dessa festa, de religiosa que era, para secular. Posteriormente ampliou seus estudos para toda uma comunidade, Itapeçerica, a alguns quilômetros de São Paulo. Em 1944, Otávio da Costa Eduardo passou nove meses no Maranhão, na cidade de São Luis e no interior do Estado (município de Codó), estudando o processo de aculturação tal como se evidenciava entre as populações de cor, dando especial atenção à fusão de formas culturais de origem africana, européia e indígena. A. R. Müller estudou a estrutura social de Atibaia e outras comunidades rurais de São Paulo, concentrando-se nas atitudes e crenças religiosas.⁶⁸

O sociólogo norte-americano Donald Pierson foi a alma desse movimento. Além de seu fecundo trabalho na Escola de Sociologia e Política, foi encarregado pelo Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution de dirigir um programa de treinamento de jovens pesquisadores, em colaboração com aquela instituição. Com a assistência de Carlos Borges Teixeira, realizou um levantamento de pequenas localidades na parte sudeste

do Estado de São Paulo e em áreas contíguas dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ainda com a colaboração dele e de outros alunos, especialmente Juarez Brandão Lopes, principiou um estudo sistemático de uma destas localidades no interior de São Paulo, que resultou na monografia sobre *Cruz das Almas*.⁶⁹

Enquanto isso, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Emílio Willems estimulava outro grupo de jovens estudiosos a se interessarem cada vez mais pelas culturas brasileiras, entre eles, Egon Schaden, Gioconda Mussolini, Florestan Fernandes, Lucila Herrmann, Carlos Drummond, Lavinia Vilela, Nice Lecocq Muller, Antonio Cândido e Gilda de Melo. Todos cursavam a Faculdade e, na sua maioria, também a Escola Livre de Sociologia e Política. Daí surgiram importantes pesquisas e estudos que vão aparecer por toda a década e alguns até vinte anos mais tarde.

Em 1943, Arthur Ramos publicava o primeiro volume de sua *Introdução à Antropologia Brasileira* onde reuniu extenso sumário das informações existentes sobre nossos grupos étnicos e sobre as culturas de origem africana e indígena. No segundo volume, abordava o estudo das correntes migratórias e seu contato no Brasil.

Nas suas pegadas, Willems estudou os processos de aculturação e assimilação que atuam entre os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e Santa Catarina⁷⁰ e entre os imigrantes japoneses no vale do Ribeira, em São Paulo. Osmar R. da Silva estudou a assimilação dos alemães em Santa Catarina. René Ribeiro concentrou-se nos habitantes de 3 regiões no Estado de Pernambuco (a Mata, o Agreste e o Sertão), sua composição racial e mobilidade, voltando-se mais tarde para a "mancebia" no Recife.

O Conselho Nacional de Geografia, desde 1942, por seu lado, coligiu monografias preparadas por prefeitos de municípios brasileiros, de grande utilidade para o antropólogo. Passou ainda a patrocinar excursões ao interior que traziam material valioso para o sociólogo rural.

Outro tipo de contribuição que veio enriquecer a sociologia rural brasileira na década de 40 foi a publicação de memórias e certos estudos de história social, muitos deles estimulados por Gilberto Freyre. As *Memórias* de Julio Belo são de 1938. Poucos trabalhos nesse terreno se comparam, no entanto, em erudição, à monumental monografia de Wanderley Pinho, *Engenho do Recôncavo*.⁷¹

Discípulos de Pierson começavam, por sua conta, a empreender certas pesquisas como a de Carlos Borges Schmidt sobre o vale do Paraitinga. No entanto, avulta, nesse período, a publicação de certas obras de preocupação social ou visando chamar a atenção para certos flagelos; caso típico é a obra de Josué de Castro sobre a fome no Brasil (1946) que deu ênfase ao problema nas zonas rurais vinculando subnutrição e estrutura agrária. Na mesma linha está a sociologia das secas de Lopes de Andrade.⁷²

Ainda nesse decênio, uma obra publicada no estrangeiro e somente traduzida para nossa língua muitos anos depois, passa a exercer profunda influência sobre os sociólogos rurais brasileiros. Trata-se do livro do Professor T. Lynn Smith sobre o Brasil cuja influência se deve sobretudo à personalidade do seu autor e a trabalhos anteriores sobre demografia e sociologia rural. Embora versando problemas norte-americanos, a *Sociologia da Vida Rural*, cuja tradução data de 1946, exercera grande influência em autores brasileiros pela sua metodologia e pelo seu vigor de síntese. Ao publicar, portanto, o *Brasil, seu povo e instituições*, o professor T. Lynn Smith já era conhecido no país no qual, em várias ocasiões, permaneceu longo tempo. Nessas oportunidades estabelecera fortes e duradouros contatos com estudiosos brasileiros e procurara, através de cursos e palestras, identificar jovens universitários que mais tarde recomendaria a bolsas nos Estados Unidos e sobre os quais exerceu direta e fecunda influência.

Seu livro nada mais é do que a aplicação de uma metodologia longamente amadurecida no estudo das comunidades rurais americanas e sobretudo dos problemas do sul dos Estados Unidos quando o autor chefiava o Departamento de Sociologia da Universidade do Estado de Louisiana. Muito mais que um estudo da vida rural brasileira, é uma interpretação de aspectos fundamentais de nossa sociedade global. Em edições sucessivas o autor o enriqueceu num trabalho constante que praticamente perdurou toda sua vida. Logrou finalmente tradução esse livro, continuando a exercer notável influência sobre nossos jovens pesquisadores.⁷³

É interessante verificar como foi elaborado. A história dessa obra tem início em 1935 quando seu autor começou a se interessar profissionalmente pelo nosso país. Nessa época ele e Carle C. Zimmermann pensaram em fazer uma curta visita ao Brasil para verem o que estava acontecendo na cultura do algodão. Pretendiam colher informações que orientassem o programa de fomento do algodão no sul dos Estados Unidos. O tempo não lhes permitiu realizar o projeto, premidos como estavam ambos por obrigações docentes na Universidade de Louisiana. Em 1933 Smith percorreu a América do Sul e passou três semanas no Brasil visitando o Rio e São Paulo. Nessa época

encontrou-se com Arthur Ramos e acabou por levá-lo, em 1940 e 41, como professor visitante, à sua Universidade. Os cursos que Ramos aí ministrou sobre relações raciais e raças e culturas do Brasil foram os primeiros sobre a sociologia da América Latina numa universidade americana. Em janeiro de 1942, Smith voltava ao Brasil, dessa feita como consultor agrícola da Embaixada Americana, com a missão específica de estudar aspectos agrícolas e rurais da sociedade brasileira. Aproveitou o ensejo para viajar intensamente no país. Os resultados dessa viagem, que constituem o embrião do livro, acham-se reunidos nos excertos de seu diário.⁷⁴

Por esse tempo, a pedido de Ciro Berlink e Donald Pierson, o autor ofereceu um seminário sobre métodos de pesquisas na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Desse seminário participaram estudiosos, como J. V. Freitas Marcondes e Carlos Borges Schmidt que, mais tarde, se destacaram com trabalhos originais no campo da sociologia rural. *O Brasil* foi escrito quando o autor se achava na Colômbia, e apareceu em inglês em janeiro de 1946. Seu autor, porém, não se satisfaz com essa edição e, voltando ao Brasil, em missão especial, percorreu demoradamente o centro de Goiás e, em companhia do geógrafo brasileiro, Hilgard O' Reily Sternberg passou a estudar as possibilidades de desenvolvimento agrícola no vale do São Francisco.⁷⁵ Retornou ao Brasil em 1946 como professor visitante do Departamento de Geografia da Universidade do Brasil, onde ensinou análise das populações, além de oferecer outros cursos freqüentados por diversos estudiosos, entre os quais Manuel Diegues Jr.

No verão de 1947, Smith transferiu-se para a Universidade de Vanderbilt, onde criou o Instituto de Estudos Brasileiros que funciona até hoje. Dando continuidade a seu trabalho incessante de lançadeira cultural, convidou alguns brasileiros para aí ensinarem, entre eles Emílio Willems, Carneiro Leão e José Arthur Rios. Em 1949 passou a ensinar na Universidade da Flórida, que até hoje continua a oferecer cursos sobre o Brasil e a América Espanhola. Em 1951, voltou ao nosso país e, no mesmo ano, organizava, com outros estudiosos brasileiros e americanos, um livro abrangendo vários aspectos da cultura brasileira. Em 1952 retornou como consultor da comissão de política agrária do Ministério da Agricultura. Regressou ainda em 1953 e em 1956 para cursos rápidos e conferências. Em 1963 voltava ainda para organizar um curso sobre reforma agrária patrocinado pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrárias. Cada uma dessas visitas representou um aperfeiçoamento e, às vezes, até um capítulo a mais no livro, cuja quarta edição é de 1972.

“Apesar de tudo isso, diz o autor com extraordinária humildade ci-

entífica, os dados aqui reunidos estão longe de satisfazer. Escrevendo sobre as populações e instituições brasileiras, não foi possível versar o assunto sistematicamente e, depois, com dados substanciais preparar uma exposição que tratasse cada subdivisão no lugar adequado e com riqueza de detalhes.

“O que tive de fazer foi antes reunir o maior número possível de dados e procurar analisá-los da melhor maneira, conforme o material encontrado . . . A tarefa era duplamente difícil pela falta de amplos estudos da situação demográfica e das instituições sociais. Minha tarefa teria sido grandemente simplificada se tivéssemos encontrado alguns livros básicos sobre a família, o sistema da terra, os processos feudais e outros assuntos onde se encontrasse um resumo dos dados disponíveis e uma indicação das principais fontes”.⁷⁶

O livro de Lynn Smith apóia-se solidamente nos Censos brasileiros, no seu constante aperfeiçoamento, sobretudo, no Censo Demográfico e no Censo Agrícola e na publicação regular dos *Anuários* Estatísticos. Através das sucessivas edições do seu livro, Lynn Smith pôde sentir a progressiva melhoria dos Censos brasileiros. “A maior dificuldade é que a grande massa de informações disponíveis nesses Censos não sofreu quase nenhuma análise. Na maior parte deixou-se para o futuro o trabalho de extrair da massa de dados compilados o tipo de informação a ser utilizada no planejamento, em atividades industriais, programas agrícolas, campanhas educativas, organizações sanitárias, etc.”⁷⁷ O que é verdade ainda hoje, constituindo uma das deficiências que encontra o professor e pesquisador. Não menos instrutivo é verificar como esse trabalho de compreensão sociológica progrediu no espírito do autor, modificando até idéias preconcebidas e imagens prefixadas da realidade brasileira.

“Uma curta estada no sul do Brasil em 1939, deu-me a impressão de que a população e a vida rural no Brasil eram muito semelhantes à dos Estados Unidos. Mais tarde, à medida que progredia essa estada, visitando outras áreas desse imenso país, observei novas e estranhas culturas, e à medida que passava semanas e meses no interior, acumulando notas de observações e conversas com estudiosos brasileiros, minha compreensão do Brasil rural foi sofrendo considerável mudança. Comecei aos poucos a entender a importância das práticas agrícolas tradicionais, herdadas dos índios, e pude ver como esse sistema de agricultura e dos hábitos de trabalho e consumo a ele associados penetraram a vida cotidiana da população rural — e ainda como é enorme o hiato entre a vida rural, baseada nesses métodos de agricultura, e a que utiliza o arado, a roda e a tração animal”.⁷⁸

Outro fato que muito o impressionou foi a ruptura do Brasil com a tradição portuguesa que lhe pareceu maior em relação à antiga metrópole, do que a ocorrida nos países de língua espanhola. O estudo da demografia brasileira revelou-lhe diferenças essenciais entre o Brasil e os Estados Unidos, sobretudo no que diz respeito à constituição da população, aos seus processos vitais e às migrações. Coube-lhe ainda acentuar a importância da gradual desclassificação de pessoas das classes altas, com sérias repercussões na pobreza rural, na subdivisão da propriedade e nos sistemas agrícolas.

O livro deve muito, e o autor é o primeiro a reconhecê-lo, à literatura sociológica brasileira, ainda que nessa época, como acentuou, pouco especializada. As obras de Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Nelson Werneck Sodré e muitos outros, ajudaram-no a elaborar sua visão original dos nossos problemas rurais, que procurou precisar e aperfeiçoar incessantemente até sua morte em 1976.

A MATURIDADE (1950-1960)

A partir de 1950 importantes mudanças na estrutura política e administrativa do país balizam o avanço da sociologia rural. Todos eles refletem por sua vez transformações estruturais na sociedade brasileira, sobretudo nas relações entre campo e cidade, causadas pela expansão urbana e pelo crescimento industrial e os crescentes estímulos e intervenções do Poder Público. Não se esqueça que 1950 é o ano de reativamento do Trabalho Rural cujos líderes, autênticos e falsos, começaram a perceber que sua ideologia teria de ser levada ao campo, ora agitando a massa trabalhadora, ora quietando os terra-tenentes. Para isso lançaram mão de recursos e de instrumentos burocráticos. Por isso, a década de 1950 é cheia de iniciativas rurais, agrícolas e agrárias, envolvendo campanhas de educação, saúde e bem-estar social que iriam, por sua vez, dinamizar antigos serviços ou criar novos, todos voltados para o campo. ⁷⁹

Um deles foi a Comissão Nacional de Política Agrária. Sem entrar no mérito ou na oportunidade administrativa de sua criação, deve-se reconhecer o benefício que trouxe ao conhecimento dos nossos problemas rurais realizando um inquérito sobre as condições econômico-sociais das populações do campo e publicando pesquisas e estudos monográficos como o de João Castelo Branco sobre técnicas de produção; o de Clóvis Caldeira sobre arrendamento e parceria; o de Pompeu Accioly Borges sobre migrações internas e o de Ben-Hur Raposo sobre condições de vida dos rurícolas. ⁸⁰

No mesmo ano, o Ministério da Educação lançou a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) que tinha por objetivos: (1) investigar e pesquisar as condições econômicas, sociais e culturais da vida rural brasileira; (2) preparar técnicos para atender às necessidades da Educação de Base; (3) promover e estimular a cooperação das instituições e dos serviços educativos existentes no meio rural; (4) concorrer para a elevação dos níveis econômicos da população rural pela introdução, entre os rurícolas, de técnicas avançadas de organização e de trabalho; (5) contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações do campo; (6) oferecer, enfim, orientação técnica e auxílio financeiro a instituições públicas e privadas que, atuando no meio rural, estivessem integradas nos objetivos e finalidades do seu plano.

A CNER foi criada e dirigida por um sociólogo rural que, desde o início, incluiu a disciplina entre as ministradas nos seus centros de treinamento e dela fez o nervo da sua doutrina e atuação pedagógica. Basta atentar para o seguinte trecho do seu relatório no qual, depois de comentar a situação do Brasil rural, dizia:

“... A evidente infecundidade dos processos administrativos comuns, na luta com o problema rural, resulta de um conhecimento imperfeito das condições sociais e culturais em que vive a população dos campos: o caráter abstrato, rígido, uniforme, dos métodos administrativos — formulados por uma elite urbana, e burocraticamente padronizados em todas as regiões do país — teria de redundar em fracasso ante a diversidade antropológica e social do Brasil e dentro daquilo a que um sociólogo americano chamou de “mosaico cultural brasileiro”. / “Outro erro na abordagem do problema é o de fragmentá-lo administrativamente, incumbindo a várias entidades a solução de um aspecto parcial da questão: seja o problema da saúde, seja o da economia, seja o da instrução. E’ evidente que, em se tratando, como se trata realmente, de problema cultural, este se furta mesmo em seus aspectos parciais, a soluções puramente administrativas e a medidas fragmentárias. Estamos, nas zonas rurais brasileiras, diante de uma situação típica de mudança cultural. Existe uma estrutura de fato que gera o nomadismo, a agricultura extensiva, o analfabetismo, o desapareço pela conservação da saúde, os baixos padrões de vida, etc. Essa estrutura é mantida pelo isolamento, pela dificuldade de comunicações e, ao mesmo tempo gera a miséria e é por esta preservada. Para romper esse círculo, o Poder Público tem diante de si o encargo de empreender uma ação profunda e total sobre as comunidades rurais, unindo a educação fundamental às indispensáveis reformas de estrutura agrária. Tal ação deve ter resultados permanentes”. / “Ao contrário dos processos habituais, estáticos, que se limitam a concentrar instituições e serviços nas sedes

das comunidades rurais, impõe-se, agora, um trabalho dinâmico de recuperação total do homem rural, em seu "habitat" através da educação". / "Finalmente, contrariando as tradições paternalistas que reinam em grande parte das nossas comunidades rurais, torna-se necessário estimular a participação ativa do povo na grande tarefa de auto-educação. O senso comunitário tem de ser despertado num povo de individualistas. E, ao mesmo tempo, o educador tem de escolher técnicas educativas que dêem aos homens do meio rural a noção da própria valia, juntamente com o sentimento de independência e o senso de responsabilidade, sem o que não se constroem povos, mas somente massas submissas".⁸¹

O Ministério da Agricultura que, quase simultaneamente, promovera uma experiência de missão rural piloto em Itaperuna, Estado do Rio⁸² iniciou em 1952, o lançamento pelo Serviço de Informação Agrícola, de uma série importante de estudos sob aspectos sociais e técnicos da vida rural sob a direção do Professor Manuel Diegues Jr.

É desse período o início de uma ampla pesquisa no Vale do São Francisco, sob a direção do Professor Donald Pierson, sobre vários aspectos da vida social, econômica e cultural da região. Iniciada em 1950, só foi concluída muitos anos mais tarde pela SUVALE que a patrocinara. Mas seus participantes, dos mais ilustres entre os sociólogos e antropólogos patrícios, tiveram a feliz idéia de publicar suas respectivas colaborações em forma de estudos e monografias, sem aguardar o volumoso e ultrapassado relatório final.

Os livros e artigos passam de tal forma a amiudar-se que se torna importante distinguir várias linhas de enfoque do problema rural, representando quase uma especialização dentro da amplitude do tema.

Podemos agrupá-los da seguinte forma, levando em conta que alguns já haviam sido iniciados no decênio anterior:

- a) Obras de caráter geral, visão de conjunto ou interpretação;
- b) obras monográficas ou pesquisas de caráter regional;
- c) levantamentos de comunidade;
- d) estudos de migração rural-urbana;
- e) análises de formas de exploração da terra ou de trabalho;
- f) estudos agrários, voltados especialmente para a estrutura agrária, propriedade e posse da terra e contratos de trabalho;
- g) estudos sobre colonização;
- h) estudos sobre instituições sociais no meio rural;
- i) estudos sobre tradições populares, folclore, hábitos e comportamentos.

Das obras de caráter geral as mais importantes foram o livro desprezioso do Dr. Herman Meijer sobre o Brasil rural (1951) que se concentrou sobre os aspectos econômicos da agricultura e as diversas contribuições enfeitadas no livro editado por T. Lynn Smith sobre o Brasil (1951). A monografia de Charles Wagley sobre raças e classes no Brasil rural, publicada pela UNESCO, apareceu em 1952.

No roteiro de pesquisa que elaboraram em 1948, Pierson e Mario Wagner, retomando o tema das "zonas sociais" na nomenclatura de Sylvio Romero,⁸³ sob o prisma da antropologia cultural, enumeravam nossas principais subculturas. "... A vasta área do Brasil, com sua ampla variedade de climas e condições geográficas, suas variadas economias, o prolongado isolamento de diferentes áreas e de comunidades específicas dentro de cada área, bem como diferenças de língua, produziram numerosas subculturas dentro da configuração geral brasileira de origem européia-portuguesa-católica".⁸⁴ E passaram a discriminar os grupos culturais que julgavam suficientemente definidos para serem considerados subculturas:

(1) os *sertanejos* da área semi-árida do Nordeste (parte dos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia); (2) os *gaúchos*, das áreas de "campanha" do planalto do Rio Grande do Sul; (3) os *caboclos*, descendentes não letrados e relativamente isolados de índios mais ou menos assimilados, misturados em diferentes graus com europeus e (em certas áreas), com africanos, e que habitam as áreas rurais entre a faixa costeira e o ponto mais ocidental de povoamento, do Rio Grande do Sul ao Amazonas, e conhecidos por diferentes nomes em diferentes áreas: babaquaras (Campos de Goitacazes), brabos (vale do São Francisco em Minas Gerais), caipiras (interior de São Paulo — subgrupo: arigós, gabriels), casacas (Piauí), casacudos (interior baiano), corumbas (Pernambuco, Sergipe), mambiras, guascas, mano-jucas (Rio Grande do Sul), mandiocas, tapiocanos (Rio de Janeiro), matutos (Pernambuco, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio, Minas Gerais, Bahia), piraquaras (vale do Paraíba), piocas, mandioqueiros (Minas Gerais), tabarés (Bahia, Sergipe, Distrito Federal); (4) os *pescadores*, que vivem em pequenas aldeias ao longo do litoral brasileiro, de Santa Catarina ao Rio Grande do Norte, de origem mista (portugueses, índios, negros), como, por exemplo, os "maratimbas" da costa sul do Espírito Santo, os "caíçarás" da costa paulista ou os "jangadeiros" da costa nordeste".⁸⁵

Os livros de pesquisa ou interpretação regional continuam uma tendência já assinalada no decênio anterior. Além das monografias do Serviço de Informação agrícola (SIA) que participam um pouco desse filão regional, Rubens de Barcelos inscreve o Rio Grande do Sul nesse repertório com seu livro

de interpretação datado de 1956; na sua trilha, Manuelito Ornelas publica em 1957, seu *Gaúchos e Beduínos*. Graças a esses trabalhos e estudos, apoiado neles e sintetizando-os pôde Manuel Diegues Jr. publicar, em 1960, *Regiões Culturais do Brasil*, farto manancial de informações e interpretações sobre o Brasil rural onde o sociólogo e o antropólogo social casam suas técnicas numa visão dos fatos sociais rurais enfocados no quadro das regiões e sub-regiões brasileiras, sua população, gênero de vida, instituições e atividades. A obra de Diegues soma-se aos trabalhos de Freyre, Djacir Meneses e Holanda evitando, porém, suas generalizações ambiciosas, avançando em terreno balizado, e conseguindo, assim, formar uma visão de conjunto da vida rural brasileira. Ele próprio, resumindo seu método escreveu:

“... E’ que a nossa realidade rural não pode distanciar-se muito de nossa realidade urbana; são facetas de um mesmo campo: o estudo da Região. Pois, no Brasil, a realidade mais viva e mais palpitante, antes que exclusivamente o rural ou exclusivamente o urbano, é a Região. Por isso mesmo, entre nós, não raro o rural se torna regional, embora modernamente já melhor se considere o assunto. As especificações rurais são, sobretudo, diversificações regionais. O que foi por nós mesmo considerado em ensaio de 1960, ao estudar a formação e caracterização de regiões culturais em nosso país, analisando o urbano e o rural como integrantes de cada unidade regional: *Regiões Culturais do Brasil*”⁸⁶

São inúmeros os levantamentos de comunidade, a tal ponto que é impossível enumerá-los, remetendo para as bibliografias especializadas. Tiveram seu apogeu e seu declínio⁸⁷ correspondendo ao prestígio e à decadência do conceito nos próprios arraiais da sociologia americana de onde o importamos. Isso se explica devido ao interesse despertado nessa década por essa técnica de pesquisa e por suas possibilidades de aplicação ao campo da educação, da saúde pública, do serviço social, etc. Um levantamento exaustivo da bibliografia teria de incluir serviços de vários ministérios que, em relatórios e revistas especializadas, publicaram diversos levantamentos de comunidade rurais ou semi-rurais, sedes de municípios ou de distritos.

No entanto, nessa massa de publicações muito difíceis de localizar, sobressaem alguns estudos de comunidades que tentaram aplicar técnicas antropológicas ou sociológicas, esboçar uma teoria brasileira ou uma tentativa de avaliação. José Arthur Rios em *A Educação dos Grupos* (1954) tentou integrar os métodos e conceitos norte-americanos de ação comunitária e dança social à realidade rural brasileira. Donald Pierson em *Cruz das Almas* (1951) mostrou que a pesquisa antropológica pode contribuir para o conhe-

cimento de uma comunidade bastante primitiva, nesse sentido, pisando a trilha aberta por Willems e ampliando-a, graças a maiores recursos de pesquisa. O próprio Willems, com Gioconda Mussolini estudou comportamentos arcaicos e fenômenos de isolamento cultural na ilha de Búzios, no litoral paulista (1952). Charles Wagley descreveu uma comunidade amazônica tentando apreender e definir, através dela os comportamentos e padrões culturais de toda a região. É importante acentuar que Wagley como Rios enriqueceram seus trabalhos com a experiência haurida no Serviço Especial de Saúde Pública no qual trabalharam, o primeiro como consultor, o segundo como sociólogo e técnico de educação sanitária.

A comunidade, conceito discutível, prestou no entanto, serviços ao conhecimento do meio rural brasileiro, servindo de quadro ou *frame of reference* a vários estudos de classe, instituições e comportamentos sociais. Assim, João Gonçalves de Souza estudou a relação do homem com a terra em quatro comunidades rurais do médio São Francisco (1950); Alfonso Trujillo Ferrari analisou Matosinhos (1953); Wilson Rosa da Silva tratou de aglomerados comunitários na zona do cacau (1954); Alceu Maynard de Araújo descreveu a família numa comunidade alagoana (1955); Fernando Altenfelder Silva analisou, comparando-as, as estruturas de duas comunidades no vale do São Francisco (1955) e, mais tarde, seus aspectos educacionais (1956); Levy Cruz, na mesma região, voltou suas atenções para o comportamento político (1959). A pesquisa do vale do São Francisco dirigida por Pierson deu, como se vê, vários subprodutos. O último foi o estudo de Ferrari sobre o Potengi (1960). Importante como avaliação antropológica do fracasso de um trabalho de comunidade foi o estudo de Oberg e Rios sobre Chonin (1956), comunidade trabalhada pelo SESP em Minas Gerais. Altiva Pillatti Balhana iniciava em 1958 seus estudos sobre a imigração italiana no Paraná com a monografia sobre Santa Felicidade.

Os estudos de comunidade, seja distrito, vila ou município, continuam até hoje. Aliás, o problema conceitual perdura, aberto pelo notável artigo de Lynn Smith sobre a estrutura do grupo de localidade no Brasil (1948), continuado no artigo de Siegel sobre a vila brasileira (1950) e na análise das relações entre vila e fazenda na zona açucareira do Nordeste por Hutchinson (1957).

O debate em torno do conceito de comunidade ainda ecoava em 1962 nas páginas do número de *Sociologia* dedicado a problemas rurais.⁸⁸

A migração rural-urbana foi um dos temas do decênio. Compreende-se: os dados do Censo Demográfico de 1940 explorados por Mortara

permitiam pela primeira vez uma visão da escala e das direções dos deslocamentos internos da população. Vicente Unzer de Almeida e Otávio Teixeira Mendes Sobrinho estudaram a migração rural-urbana para a capital de São Paulo (1951); Souza Barros ofereceu sugestões para a fixação de populações no Nordeste, cujo êxodo preocupava os estudiosos (1953); Pompeu Accioly Borges analisou detidamente os dados do Censo referentes aos deslocamentos internos (1955). No entanto, a obra mais importante sobre o assunto, de caráter mais demográfico que sociológico, seria o estudo de José Francisco de Camargo sobre o êxodo rural, onde praticamente compilou todos os dados censitários existentes, analisando o problema em toda a extensão do país (1957). Do mesmo ano é o trabalho de Vasconcelos Torres sobre migrações rurais. A obra *Caminhos e Fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda, não deixava de ser um reflexo dessas preocupações no campo da história e da história social, (1957).

As formas de exploração da terra e de trabalho agrícola gerando tipos de ocupação vinham constituindo matéria de preocupação e estudo dos sociólogos brasileiros desde Sylvio Romero. Tentando definir o caipira, num ensaio famoso, o pensador sergipano alinhou uma série de denominações do homem rural que envolviam atividade ou ocupação. Lynn Smith preocupou-se com o problema ao tentar definir, na portada do seu livro, o que chamou de "mosaico cultural" brasileiro.⁸⁹ Pierson e Mario Wagner, para fins de pesquisa estenderam e sistematizaram essa lista de tipos ocupacionais cujas características sociais e psicológicas, bem como o papel que desempenharam nas subsociedades e subculturas brasileiras mereceriam, a seu ver, estudo sistemático. Seriam eles:

" (1) o *seringueiro* (caucheiro) que extrai a borracha, na bacia do Amazonas; (2) o *arpoador de Jacarés*, da ilha de Marajó e de outras partes no baixo Amazonas; (3) o *garimpeiro*, ou explorador de ouro e diamantes, especialmente em Minas Gerais (p.e., Estrela do Sul), Bahia (Lençóis), Goiás (Porto Nacional) e Mato Grosso (Rio das Garças); (4) o *vaqueiro* em áreas tais como o Rio Branco, a ilha de Marajó, o Nordeste semi-árido, a "planície central" (especialmente partes de Minas, Mato Grosso, Rio Grande do Sul); (5) o *usineiro*, ou fabricante de açúcar, do Nordeste, que substituiu em grande parte o antigo senhor de engenho; (6) o *cacaueiro*, ou trabalhador nas plantações de cacau do litoral sudeste da Bahia; (7) o *tropeiro*, ou condutor de tropas de carga, que foi, sem dúvida, um dos principais agentes da unidade brasileira numa terra de enormes distâncias, baixa densidade de população e comunicações difíceis; (8) o *fazendeiro*, ou grande proprietário de terras, cujas circunstâncias de vida lembram às vezes a Europa feudal; (9) o *estancieiro*, ou rancheiro, do Rio Grande do Sul; (10) o *ervateiro*, ou aque-

le que colhe o mate, do oeste do Paraná e do sudeste de Mato Grosso; (11) o *chacareiro* e o *sitiante*, ou pequeno agricultor, que trabalha em sua própria terra, especialmente no Estado de São Paulo; (12) o *colono*, ou trabalhador agrícola por contrato, usualmente de origem imigrante (européia ou japonesa), nos Estados do sul, especialmente nas plantações de café de São Paulo; (13) o *vendeiro*, ou proprietário de venda, especialmente nas zonas rurais e o *quitandeiro*, *lojista*, *comerciante* e *atacadista* dos centros urbanos e também os *feireiros* e *vendedores* no mercado; (14) o *vendedor ambulante*, inclusive o *mascate* e o *pombeiro de peixe* (ou vendedor de peixe, que percorre o "sertão carioca"); (15) o *agiota*, ou *emprestador de pequenas quantias de dinheiro*; (16) o *lenheiro* e o *carvoeiro*; (17) o *grileiro*, ou ocupador de terras alheias; (18) o *cantador do sertão*, ou musicista popular; (19) o *cangaceiro*, ou bandido profissional do Nordeste semi-árido e do norte de Minas; (20) o *capanga*, ou guarda-costas e assassino pago; (21) o *curandeiro*, ou praticante de "medicina popular"; (22) o *pai-de-santo*, ou sacerdote de culto afro-brasileiro; (23) o *pagé*, ou médico-feiticeiro, em cultos ou de origem Índia ou fortemente influenciados pela tradição indígena".⁹⁰

Talvez estimulados por essa lista, vários estudiosos se voltaram, no decênio de 1950, para uma análise mais estreita desses tipos, vinculando-a, às vezes, a estudos regionais ou de subculturas. Nice Lecocq Muller estudou os sítios e sítiantes de São Paulo (1951), Freitas Marcondes e Lynn Smith estudaram o caipira do vale do Paraitinga (1952), Rodrigues de Melo, os carreiros no Nordeste (1954), Ferreira Reis, os seringueiros (1954), Virgílio Correia Filho, as fazendas de gado no pantanal mato-grossense (1955), Herberto Salles, os garimpos da Bahia (1955), Clóvis Caldeira, Hélio Galvão e Freitas Marcondes, o mutirão (1955 e 1959), Câmara Cascudo, os jangadeiros (1957), Correia Filho, os ervateiros (1957), Carlos Borges Schmidt, a lavoura caíçara (1958), e assim por diante.

Mas as publicações do SIA, já citadas, destacam-se neste campo, contemplando num escopo amplo e programado, as principais formas de exploração da terra, fazendas, estâncias e seringais, numa série cujo inspirador e diretor foi o fecundo e onipresente Manuel Diegues Jr. Dele próprio seria o estudo sobre o engenho de açúcar no Nordeste (1952).

O problema agrário brasileiro, que vinha se agravando a partir de 1930 e sofrera uma espécie de congelamento entre 1937 e 1945 através de paliativos paternalistas, voltara a eclodir, sobretudo no Nordeste, com o restabelecimento do regime democrático e a exacerbação que recebia da própria conjuntura agrária agravada pela exploração ideológica e partidária. A aber-

tura das grandes estradas, como a Rio-Bahia, e a construção de obras de infra-estrutura não conseguiram deter os efeitos do crescimento demográfico e da rígida estrutura agrária. A criação e implantação de órgãos de atuação regional reduzia a pressão do empreguismo na classe média urbana mas não resolvia o problema do campo.

De 1955 em diante, a ideologia oficial do desenvolvimento tentou, mais uma vez, adiar a solução do problema social levando a conflitos que agitaram o campo brasileiro a partir de 1960 e nos quais as ligas camponesas ocuparam lugar de monta.

Desde 1930, os sociólogos brasileiros participavam ativamente do debate da reforma agrária, enquanto os economistas se voltavam preferentemente para os aspectos da industrialização e do planejamento da economia nacional e regional. Ruy Miller Paiva, com seu estudo sobre os problemas agrícolas (1954) representa honrosa exceção. Essa participação se exerceu sobretudo no sentido de denunciar os efeitos do latifúndio e a miséria econômica, social e cultural dos trabalhadores do campo; e, além disso, sugerindo medidas de reforma ou de colonização que minorassem as dramáticas conseqüências da estrutura agrária tradicional. Boa parte de tudo isso está contido mais ou menos explicitamente nos livros até agora citados.

Em 1937, *O Nordeste* de Gilberto Freyre talvez tenha iniciado a polêmica com as novelas de José Lins do Rego e de Jorge Amado, e aliás, todo o romance social. Em 1946, Josué de Castro abriu dramaticamente o debate da fome no campo. No mesmo ano, Lynn Smith, no *Brasil*, deixava bem clara sua posição democrática e antilatifundiária, relacionando-a à de diversos autores brasileiros. Em artigos esparsos, Accioly Borges, Costa Pinto, José Arthur Rios e Freitas Marcondes, muito antes de 1950, já haviam versado o tema do latifúndio e seus efeitos.⁹¹ Um dos aspectos positivos da polêmica foi a importância que se atribuiu à colonização e ao desenho de projetos de núcleos coloniais. Direta ou incidentemente, quase toda a literatura de ficção social e a sociologia do campo brasileiro representaram uma condenação implícita ou explícita à estrutura agrária tradicional.

Com a fundação de órgãos que se voltavam para a assistência ao homem do campo, primeiro o Serviço Social Rural (1955), depois as diversas Comissões de Política ou de Reforma Agrária, aumentou a literatura oficial sobre o problema agrário e chegou-se a ver o singular espetáculo de um governo que condenava, em suas próprias publicações, uma estrutura agrária que, por outro lado, estimulava e sobre a qual vinha apoiando demagogicamente sua máquina política.

Nesse debate, os geógrafos já haviam prestado valiosa colaboração. Leo Waibel chamara atenção, desde 1949, para a necessidade de estudar os resultados da colonização européia no sul do Brasil. Lançou assim os fundamentos de uma geografia agrária cujos limites com a sociologia, pela similitude dos temas versados, tornam-se, às vezes, indistintos. Entre os discípulos de Waibel cabe destacar Nilo Bernardes e Orlando Valverde. Mas o grande livro nesse terreno é o de Pierre Monbeig que analisa o povoamento das zonas pioneiras (1952).⁹² Em muitos pontos do Paraná esse enfoque tangenciava a discussão sociológica e sócio-antropológica dos problemas de assimilação e aculturação, das minorias étnicas e culturais e o vasto campo dos contatos e trocas entre sociedades e culturas.⁹³ A colonização passou a ser um campo de cogitações comum a geógrafos, sociólogos e agrônomos. Entre estes cabe destacar Renato Gonçalves Martins, *Problemas Rurais do Brasil* (1951) e Guimarães Duque com seu trabalho admirável sobre a agricultura nordestina, *Solo e água no Polígono das Secas* (1953).

Esses temas podem ser acompanhados através de várias publicações no temário dos encontros e congressos que se amudaram na década de 1950 versando o problema agrário, dentro ou fora do quadro geral do desenvolvimento. Em 1953, o Governo brasileiro e a FAO promoveram, em Campinas, um Seminário latino-americano sobre o problema da terra onde a delegação brasileira, constituída de Quintiliano Marques, Wanderbilt Duarte de Barros, João Castelo Branco, Clóvis Caldeira, Ben-Hur Raposo, João Gonçalves de Souza e Manuel Diegues Jr., apresentaram importantes contribuições.⁹⁴ Em 1959, a Confederação Nacional das Indústrias promovia um Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, em Garanhuns, Pernambuco, no qual um dos temas foi "Modificação da Estrutura Agrária", cujo relator foi José Arthur Rios.⁹⁵

As instituições sociais também passaram a merecer grande atenção dos sociólogos nesse período, quer em relação à mudança social, quer nas suas mútuas influências e no quadro geral da comunidade e da região. As pesquisas de campo não deixaram de focalizar ora a família, ora a escola, ora a igreja, como fizeram Alceu Maynard de Araújo, ao destacar a família no seu estudo de uma comunidade alagoana, ou Fernando Altenfelder Silva com a educação em comunidades do São Francisco. Eduardo Galvão estudou o comportamento religioso em *Santos e Visagens* (1955). Nesse terreno, todavia, o trabalho mais importante, é o de Oracy Nogueira sobre família e comunidade, estudo de natureza institucional e ao mesmo tempo, estudo de comunidade na melhor tradição antropológica, *Família e Comunidade* (1962).

O comportamento político tradicional no campo recebera tratamento definitivo por Victor Nunes Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948) que participa da sociologia política, como do direito e da história social. Wilson Lins em seu estudo sobre o *Médio São Francisco* (1952) concentrou-se também na organização social e política do Vale. Maria Isaura Pereira de Queiroz também estudou o mandonismo local, isto é, o coronelismo em suas diversas fases. Carlos Eloy de Carvalho Guimarães, Luiz Silva e Luis Otávio Viotti Azevedo estudaram os mesmos problemas, vinculando-os ao aspecto do familismo, nesse sentido continuando o importante e quase esquecido livro de Nestor Duarte sobre o papel da família e do familismo na organização pública.⁹⁶

No entanto, o grande pesquisador nesse campo é o sociólogo mineiro Orlando M. de Carvalho que em seus livros sobre a política do município e o comportamento eleitoral, bem como na *Revista de Estudos Políticos* marcou posição definitiva nesse terreno.⁹⁷

O estudo dos hábitos de trabalho, das tradições populares e do folclore completam o quadro das preocupações dominantes dos sociólogos rurais no decênio de 1950. Nesse terreno, o grande mestre é Luis da Câmara Cascudo que, progressivamente, foi ampliando e enriquecendo seu conhecimento das tradições populares nordestinas com uma sistematização sociológica e antropológica.⁹⁸ Clóvis Caldeira estudou as relações entre o trabalho e a escolarização na zona rural (1960). Como tantos outros pesquisadores que, em artigos e monografias, os seguiram nesse terreno onde vizinham a sociologia rural, a psicologia social e o folclore.

A interpretação geral do Brasil continuou a preocupar, nesse período, sociólogos e escritores não-especializados cujos trabalhos deveriam forçosamente refletir-se na visão sociológica do mundo rural.

Um dos livros mais importantes nesse terreno é o *Bandeirantes e Pioneiros* de Viana Moog (1954) onde o escritor gaúcho tenta uma comparação histórico-sociológica das sociedades norte-americana e brasileira. Como *Casa Grande & Senzala*, o livro visa remover complexos que a aliança durante a guerra e a aproximação posterior antes exacerbou que dissipou, demonstrando que a disparidade de características e de formação levava a um imperativo de complementaridade e não de conflito. Seus comentários sobre a formação histórica dos dois países é sobre os tipos sociais neles dominantes traziam implicações para a interpretação de suas sociedades rurais.

O mesmo valor e implicação tem a *Formação do Brasil Colônia*, de

Caio Prado Júnior, que aplicou à história social e econômica preocupações de geógrafo, dedicando-se a analisar, como já o fizera Capistrano, os caminhos de penetração e sua repercussão na formação brasileira.

Entre os sociólogos estrangeiros não é possível ignorar, nesta fase, a interpretação de Jacques Lambert contida em sua concepção dos "dois Brasis", que iria motivar acaloradas discussões no correr do decênio. Assim expôs sua teoria da sociedade dual que teria inúmeros seguidores: "Apesar da diversidade de origens raciais da população brasileira, a unidade do país nunca esteve ameaçada pela multiplicidade das raças e das cores e, dada a grande sabedoria da política brasileira nesse terreno, é lícito esperar que todo perigo seja sempre evitado. Mas, se há uma só cultura e uma só nacionalidade de que se orgulham os brasileiros, essa cultura única tem dois aspectos, ou melhor, dois níveis bem diferentes. Os brasileiros estão divididos em dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como nos métodos de vida. Essas duas sociedades não evoluíram no mesmo ritmo e não atingiram a mesma fase; não estão separadas por uma diferença de natureza, mas por diferenças de idade".⁹⁹

A teoria da sociedade dual não era nova para os sociólogos rurais e antropólogos mas passou a constituir um marco de referência para os problemas de mudança social e cultural. Em 1955, começou a surgir e firmar-se, trazido pelos economistas, o conceito de desenvolvimento que, no quinquênio 55-60, por motivações políticas, iria evoluir para ideologia dominante.¹⁰⁰ Daí ter constituído o tema central do Seminário Internacional sobre Resistências à Mudança realizado no Rio de Janeiro, em 1959 sob o patrocínio do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Esse seminário reuniu especialistas nacionais e internacionais do nível de Alfred Métraux, Gino Germani, Lynn Smith, Wright Mills, Jacques Lambert, Manuel Diegues Jr., J. Roberto Moreira, Accioly Borges, Florestan Fernandes, e muitos outros. Dos trabalhos que mais nos interessam, Lambert tratou dos obstáculos ao desenvolvimento resultantes de uma sociedade dual; Accioly Borges discutiu os obstáculos estruturais; Diegues analisou a contribuição do imigrante e as resistências à imigração; José Arthur Rios mostrou os obstáculos criados pelo latifúndio à mudança social.

De qualquer maneira, "o grande tema do Seminário — no dizer de seus organizadores — foi o desenvolvimento".¹⁰¹ Seria também o tema dos anos seguintes, que redundaria na valorização da industrialização e no desinteresse pela agricultura e pelos problemas do homem do campo.

De 1960 a 1970

Em meados de 1969, reuniu-se no Rio de Janeiro um Seminário sobre as Ciências Sociais e o Desenvolvimento da Comunidade Rural no Brasil. Apesar da intenção de constituir um encontro nacional de técnicos e cientistas, o Seminário, promovido pelo antigo Serviço Social Rural, contou com a presença e colaboração de sociólogos rurais estrangeiros da estrutura de Lowry Nelson e Kalervo Oberg. Seu escopo, por outro lado, foi bem além da problemática da comunidade. Discutiram-se aspectos gerais do desenvolvimento rural e toda uma parte do encontro foi dedicada à contribuição das universidades nesse desenvolvimento, ao papel dos institutos e fundações na harmonização da teoria e da prática nas universidades brasileiras, às relações entre as ciências sociais e as universidades rurais, ao papel das ciências sociais nos programas de desenvolvimento rural, as ciências sociais e os técnicos para o desenvolvimento rural, os principais centros de treinamento inclusive no exterior e o entrosamento da pesquisa universitária com as necessidades dos órgãos que realizam programas de desenvolvimento rural. Esses temas foram debatidos em painéis de que participaram sociólogos como Oracy Nogueira, Laudelino Medeiros, J. V. Freitas Marcondes, antropólogos como Luiz F. Raposo Fontenelle e Eduardo Galvão, administradores de programas do Serviço Social Rural, da Associação Brasileira de Crédito Agrícola (ABCAR) e do Ponto IV, e representantes de instituições universitárias.

Entre as recomendações importantes do Seminário assinala-se a de introduzir a sociologia, entre outras ciências sociais no currículo das Escolas de Agronomia; e sociologia rural no currículo das Escolas de Serviço Social; e todo um programa de bolsas de estudo no Brasil e no estrangeiro.¹⁰²

Nada melhor que esse Seminário para tomar o pulso da importância da Sociologia Rural, nesse momento, e das esperanças que nela se capitalizavam.

Em 1962, a disciplina atingira tal desenvolvimento que todo o número da revista da Escola de Sociologia e Política de São Paulo lhe era dedicado. Incluía um ensaio de Manuel Diegues Jr. sobre a formação da ciência, seu desenvolvimento e estado atual. Ao terminá-la Diegues indicava os principais temas que a sociologia rural analisava nessa época: reforma agrária, migrações internas, o habitat rural, as relações entre agricultura e indústria, as condições de vida no campo, o sistema de exploração da terra, folclore rural, assimilação de imigrantes. E concluía afirmando, com sua autoridade de autor e ator desse processo, que, dentre os campos especiais da sociologia, esse é o que mais vinha se enriquecendo no Brasil contemporâneo.

Naquela época promissora, três aspectos chamavam-lhe principalmente a atenção: (a) a experiência empírica brasileira, (b) a maior integração entre estudos rurais e urbanos na unidade da Região e (c) a contribuição das diversas ciências sociais levando a uma maior integração interdisciplinar.¹⁰³

Pode-se afirmar que, ao iniciar-se, o decênio de 1960-70 não desmentiu, em parte, essa previsão, principalmente quanto às perspectivas apontadas. Reformou-a, talvez, quanto à temática que mudou um pouco, incluindo novos campos.

De início, convém indicar alguns fenômenos que iriam repercutir na história da disciplina. As universidades, por seus Institutos, iriam pesar cada vez mais no volume e qualidade da pesquisa. O Instituto Joaquim Nabuco, do Recife, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, através do seu Centro de Estudos Rurais, as Universidades Rurais, sobretudo a Escola de Agricultura de Viçosa e a Universidade Rural (km 47) intensificaram seus cursos de treinamento e o ritmo de suas pesquisas. Em Viçosa, por exemplo, Edgard Vasconcelos Barros iniciava com seus alunos da cadeira de Sociologia Rural uma pesquisa sobre as relações entre proprietários e parceiros num grupo de vizinhos. Gláucio Dillon Soares, na mesma época, ministrava na Universidade Rural um curso de pesquisa em meio rural. O número da revista *Sociologia*, a que nos referimos, e que vale como marco nessa época, continha dois interessantes estudos, um de José Pastore sobre conflito e mudança social no meio rural, outro de Ivan Turgueneff Cajueiro sobre as mudanças tecnológicas nas empresas rurais. Pareciam ambos apontar como o ensaio de Diegues, fecundas direções à pesquisa.

Outra grande influência, nessa época, foi o movimento de idéias chamado de *Economia e Humanismo*, cujo fundador, Padre L. J. Lebreton visitara o Brasil em 1947 e 1952 e, com sua presença e dinamismo, lograra estimular pesquisas e planos de desenvolvimento local e regional, na perspectiva doutrinária do movimento que era a promoção das massas e a valorização da pessoa humana.¹⁰⁴

Em 1958, iniciava-se, sob a direção de José Arthur Rios, ampla pesquisa patrocinada pelo Serviço Social Rural, visando aferir o nível de vida e as condições de trabalho, em 74 municípios de população predominantemente rural no Estado do Rio de Janeiro e no Nordeste.¹⁰⁵

Essa pesquisa, cujo relatório jamais veio a lume, foi empreendida por uma equipe interdisciplinar e empregou metodologia inteiramente original resultante de uma adaptação do método de levantamento e avaliação de Eco-

nomia e Humanismo à realidade brasileira. Nessa pesquisa atuaram alguns sociólogos que mais tarde se projetariam no Brasil e fora dele, tais como Carlos Alberto Medina, Sugiyama Iutaka, Paulo César Botelho Junqueira, José Maria Lopes, Alexis Stepanenko, Reginaldo Zaccara de Campos e Mario Afonso Carneiro.

O mesmo grupo de pesquisadores realizou, mais tarde, outros estudos de região, ora se voltando para o estudo de comunidades municipais, numa linha mais sociológica que antropológica, ora para aspectos do trabalho rural como o artesanato, ou ainda para análises da estrutura agrária.¹⁰⁶

O debate da reforma agrária nos anos 60 iria, cada vez mais, absorver as atenções dos sociólogos, comprometendo-os em estudos e análises de estrutura ou em posições ideológicas. À medida que o debate prosseguia, viu-se surgir uma literatura "oficial" de reforma agrária e uma literatura de oposição a esta, por vezes, não menos tendenciosa, procurando preservar, a todo custo, a estrutura agrária tradicional. De 1960 é o livro *Reforma Agrária, Questão de Consciência*, onde alguns bispos e leigos defendiam uma posição anti-reformista. De 1961 é o livro *Recomendações sobre Reforma Agrária* em que José Arthur Rios tentou recuperar os resultados de um simpósio promovido no Rio de Janeiro pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática e onde se encontram importantes análises da estrutura agrária brasileira e de vários projetos de colonização. Em 1963, o geógrafo Manuel Correia de Andrade publicava seu importante livro sobre a terra e o homem no Nordeste, livro que se apóia num conhecimento minucioso do meio social nordestino. A *Revista Brasileira*, por seu lado, reunia artigos do grupo de estudiosos marxistas que estudavam problemas rurais sob a orientação de Caio Prado Jr.¹⁰⁷

Em 1963, o Comitê Interamericano de Desarrollo Agrícola (CIDA) confiou ao Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, sob a direção de Manuel Diegues Jr. a execução de ampla pesquisa sobre a estrutura agrária brasileira, subdividindo-a em estudos de áreas confiados a vários grupos e equipes. José Arthur Rios encarregou-se do estudo de Santarém, no Pará; Quixadá, no Ceará; Sapé, na Paraíba; e Garanhuns, em Pernambuco. Os trabalhos de campo foram levados a efeito por Paulo César Botelho Junqueira (coordenador), Paulo Della Piazza, José Alencar, Mario Afonso Carneiro, Gadiel Perruci e José Geraldo da Costa.¹⁰⁸

Pela primeira vez, dentro desse estudo, fez-se a observação direta de uma Liga Camponesa, tema que nos anos subseqüentes seria agitado em várias publicações, de valor mais doutrinário ou partidário que científico. O

melhor trabalho a respeito é o de Cynthia N. Hewitt sobre os movimentos camponeses em Pernambuco.¹⁰⁹

Esses estudos mais tarde arbitrariamente recortados e fundidos por pessoas que não possuíam o necessário conhecimento do meio rural brasileiro, vieram à luz inteiramente descaracterizados e serviram para reforçar conceitos e posições altamente discutíveis de autores estrangeiros que nem sempre coincidiam com as dos autores brasileiros e que não estavam nas monografias originais.¹¹⁰

As preocupações reformistas contribuíram para reforçar os estudos de estrutura agrária, de colonização e cooperativismo, dos quais há farta messe em todo esse período até 1964. Certos problemas específicos como habitação e educação e certas culturas rurais receberam especial atenção encarados como problema social ou obstáculo ao desenvolvimento.

Manuel Diégues Jr. continuou nesse decênio seu fecundo labor de estudo e análise do meio rural, e de seus problemas específicos como habitação, comunidade e mudança social, tendo chegado, graças a sua experiência nesse campo, sínteses significativas.¹¹¹

Mais importante que tudo isso, o decênio foi marcado por acontecimentos políticos que teriam grande repercussão no campo brasileiro. O Estatuto do Trabalhador Rural é de 2 de março de 1963. Em torno dessa data agravaram-se as tensões no campo, a questão agrária foi conduzida pelo próprio Governo João Goulart com extremos de demagogia que culminaram no comércio da Central do Brasil. Formaram-se as Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste e, embora pudessem ter constituído instrumento de conscientização da população rural, foram logo manipuladas por políticos num sentido de luta de classes e conquista do poder.

O Estatuto da Terra (1964) tentou resolver o problema agrário e implantar a reforma das relações de propriedade no campo. Seu objetivo, no entanto, não foi plenamente atingido pelo tecnicismo que o caracterizou, pela burocracia a que deu origem, com desprezo de órgãos já existentes e, sobretudo, por desprezar a possibilidade de participação da massa campesina e as forças do sindicalismo rural.

Daí a literatura sociológica sobre o campo revestir ainda mais, os conflitos ideológicos do decênio ou assumir enganosa neutralidade. Os economis-

tas concentram-se no conceito aparentemente tranqüilo de desenvolvimento agrícola, de que são exemplos os estudos do americano G. Edward Schuh, *O Desenvolvimento da Agricultura no Brasil* (em colaboração com Eliseu Roberto Alves, 1971), os ensaios publicados sob a coordenação de José Pastore (*Agricultura e Desenvolvimento*, 1973) cuja autoridade nesse terreno se consolida nos últimos anos, e a exaustiva análise de Ruy Muller Paiva, Salomão Schattan e Claus F. French de Freitas (*Setor Agrícola do Brasil*, 1976), que trouxeram importante subsídio à compreensão do desenvolvimento rural nesse decênio.

Quase que seguindo uma tradição já estabelecida, um grupo de brasilianistas procurou dar um balanço nos principais aspectos da década anterior. Entre os ensaios reunidos em volume (*Brazil in the Sixties*, 1972), dois se destacam pela relevância para o nosso tema, o de William H. Nicholls sobre a agricultura brasileira, e o de Emílio Willems, sobre o aparecimento da classe média rural numa sociedade de fronteira, cujo caráter aparentemente monográfico, não lhe tira validade como generalização de aspectos das novas mudanças ocorridas em nossa estrutura agrária.

A Universidade Federal de Pernambuco publicou sob o título *Trópico & Colonização*, etc. (1969) os trabalhos apresentados e os debates travados por historiadores, economistas e sociólogos no Seminário de Tropicologia, realizado em 1966, sob a direção de Gilberto Freyre. Desse Seminário participaram, entre outros, Estêvão Pinto, René Ribeiro, Arthur Ferreira Reis, cobrindo temas de colonização, nutrição, população, desenvolvimento, etc.

O Instituto Joaquim Nabuco continuou a enriquecer a literatura com o resultado de seus seminários. Em 1970 publicou *Cana e Reforma Agrária* que reflete as diversas correntes em confronto no decênio e que se chocaram num seminário de 1963. Para uma história do conflito agrário no Nordeste e de suas ideologias é obra indispensável e sua publicação representa não só ato de fidelidade à ciência, mas de coragem cívica. Ainda patrocinado pelo Instituto é o estudo de Mário Lacerda de Melo, *O Açúcar e o Homem* que veio atualizar um tema tradicional na literatura nordestina e chamar a atenção para novos aspectos da relação entre a terra e o homem na região, sobretudo êxodo rural.

Nesse período, os seminários promovidos por diversas entidades, às vezes, infelizmente com atraso, constituem contribuição a ser levada em conta na interpretação dos problemas rurais brasileiros. É o caso do seminário sobre o *Homem e o Campo*, promovido em Brasília, em 1976, pela Fundação

Milton Campos e abrangendo problemas de reforma agrária, política agropecuária, expansão de fronteira agrícola, relações de cidade e campo, etc., etc.

Refletindo as preocupações desse decênio, vários sociólogos se voltaram para problemas de organização política e sindical, como os efeitos da legislação trabalhista no campo e os aspectos do sindicalismo rural depois de 1964, através de suas lideranças.¹¹²

Benno F. Galjart, em Itaguaí, (1968) aborda, ainda no quadro de uma comunidade rural fluminense, importantes aspectos de mudança tecnológica e modernização. Jean Roche, no seu livro definitivo sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, publicado em francês em 1959, mas somente traduzido para o português em 1970, renovou, do ponto de vista geográfico, um setor esquecido, chamando sobre ele a atenção dos sociólogos.¹¹³

Alguns aspectos novos, superficialmente tratados na década anterior, aparecem na bibliografia, como o problema da habitação no campo, ao qual o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda dedicou interessante estudo (1963); a tecnologia e o uso dos recursos numa área de Minas Gerais foram analisados por Correia de Araújo (1964); as tensões sociais foram estudadas por diversos autores, assim como o cooperativismo e o Estatuto do Trabalhador Rural.

Os estudos de comunidades, no antigo figurino, apesar da forte reação dos anos 60, não desapareceram inteiramente, como demonstra o seminário a que nos referimos e as contribuições nele oferecidas. Entre elas se destaca a de Oracy Nogueira sobre um programa de estudos de comunidade a serviço da educação; as relações entre comunidade e desenvolvimento rural, tratadas por Kalervo Oberg e uma série de debates sobre as ciências sociais e sua vinculação à comunidade rural.¹¹⁴ A Conferência Internacional de Serviço Social, reunida em Petrópolis, em 1962, abordou o tema. Alfonso Ferrari estudou uma comunidade no vale do São Francisco (1960); Albersheim estudou uma comunidade teuto-brasileira (1962); Pastore e Berlink chegaram a estudar a organização e criação de centros de treinamento para técnicos em desenvolvimento e organização de comunidade (1963); Diegues analisou as transformações na comunidade rural num importante ensaio de síntese (1964); Maria Isaura Pereira de Queiroz estudou os bairros rurais paulistas (1967); Hutchinson estudou uma vila do Recôncavo Baiano (1968). De um ponto de vista bem mais amplo, numa perspectiva antropológica, Marvin Harris estudou as relações entre campo e cidade (1960).

A migração rural e o êxodo continuaram a merecer a atenção dos sociólogos, neste período. É de 1961 a publicação do estudo de Levy Cruz sobre as migrações rurais para o Recife. José Francisco Camargo voltou ao tema, sintetizando seus estudos em *A Cidade e o Campo* (1968). Wilkening, João Bosco Pinto e José Pastore vinculados ao *Land Tenure Center* da Universidade de Wisconsin, realizaram um estudo sobre o papel da família extensa na migração interna (1967); Wilkening retomou o assunto comparando tipos de imigrantes em áreas rurais e urbanas do Brasil Central (1968). Graças a esses trabalhos pôde Francisco de Paula Ferreira tentar uma síntese da Teoria Social da Comunidade (1968).

A comunicação e a mudança da tecnologia agrária parecem invadir cada vez mais as preocupações dos jovens sociólogos rurais engolfados numa sociedade tecnocrática e recebendo, por força de convívio profissional ou de formação, as insistentes demandas das escolas agrícolas. Fliegel e Oliveira estudaram a receptividade a idéias novas e o êxodo rural numa área colonial do Sul (1965); Quesada analisou a procura de informações em repartições públicas relacionando-a com as características sociais do agricultor, numa área rural do Estado do Rio (1968); José Pastore estudou a agricultura e o homem no Distrito Federal (Brasília) (1968); Whiting e Guimarães estudaram a comunicação de novas idéias no meio rural (1969).

Correríamos, no entanto, o risco de contar árvores, perdendo de vista a floresta, se insistíssemos em enumerar os trabalhos do decênio, em sua maioria contidos em revistas especializadas às quais remetemos em nossa bibliografia, sem falar nas inúmeras e valiosas monografias que, em forma de relatórios, dormem nas gavetas de repartições ou, como teses de mestrado ou doutorado, aguardam publicação.¹¹⁵

Não se julgue, porém, que o decênio resultou apenas em monografias limitando-se a sociologia rural a uma especialização miúda. Já citamos o livro de Manuel Correia de Andrade sobre o Nordeste. Convém acrescentar o livro de outro geógrafo, o Professor Orlando Valverde, sobre *Geografia Agrária do Brasil* (1964) e a síntese de Manuel de Souza Barros sobre *Aspectos Sociológicos da Vida Rural Brasileira*, (1967).

De maior alcance, em nosso entender, *Os Parceiros de Rio Bonito*, de Antonio Cândido (1964) que tem título de romance de aventuras do século passado, mas é sociologia da melhor. Hoje egresso das ciências sociais, deus esse autor no seu livro, um exemplo de precisão científica e *finesse* de interpretação na análise de uma comunidade tradicional.

Partiu da delimitação de um complexo rústico "implicando em constante incorporação de traços que vão se alternando ao longo do contínuo rural-urbano". Esse complexo seria uma relação de equilíbrio entre o ecológico e o social, na medida em que, segundo o seu autor, "a sociedade caipira — segmento localizado deste complexo — elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio". Definiu Antonio Cândido seu ângulo preferencial de análise no processo de obtenção dos meios de subsistência, englobando neste aspecto o relacionamento entre níveis de vida e sociabilidade.

A parceria como relação social e econômica significou uma ruptura com a sociedade tradicional, no que se refere ao sistema individual da posse da terra e segundo o autor "representa o aspecto menos estabilizado e íntegro na vida social e econômica do homem do campo, mas ainda se prende à cultura tradicional, de modo a podermos, através dela, analisar a ação exercida pelas novas condições de vida".¹¹⁶ Isto significa determinar no complexo da sociedade caipira os elementos de resistência à mudança e os de alteração ou aceleradores da mudança. Foi o que fez Antonio Cândido.

Ao findar o decênio 1960-70, os sociólogos se voltaram preferencialmente para o estudo de certos temas, como colonização e estrutura agrária, migração e êxodo rural. No caso destes últimos, a monografia não substitui o estudo sistemático e atualizado das grandes correntes e tendências. Se o estudo de comunidades está sofrendo uma profunda transformação — convertendo-se a comunidade de objeto próprio em simples quadro de mudanças sociais, culturais e tecnológicas — os estudos mais recentes passaram a incorporar aspectos novos como o das comunicações e da modernização, terrenos que nos parecem extremamente promissores.

A lista de teses defendidas e dos projetos de tese em andamento no Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRGS é bastante expressivo das novas preocupações dos sociólogos rurais brasileiros,¹¹⁷ menos dominados por preocupações "sociais" ou "estruturais" estão se voltando para temas e enfoques monográficos, de implicação operacional e estreitamente vinculados à economia — o que se explica pela inserção do Centro numa Faculdade de Ciências Econômicas.

Não há dúvida que o regime de pós-graduação abriu novas perspectivas à pesquisa em sociologia rural. É grande o número de teses e trabalhos de pesquisa elaborados e em elaboração. Nota-se uma preocupação, por exemplo, com as migrações internas, estudadas por grupos do Sul e de São Paulo. Outro tema bem atual é o da difusão de práticas agrícolas. O Professor

Hiroshi Saito, por exemplo, empreende uma pesquisa desse tipo entre imigrantes japoneses no Brasil que equivale a um estudo de ecologia rural. É essencial para a compreensão da imigração japonesa e seus efeitos no meio rural, o censo — pois tal é de fato, a escala em que se deve situar o trabalho, — realizado por uma Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa com a colaboração da Universidade de Tóquio. A publicação bilíngüe, japonês e inglês — *The Japanese Immigrant in Brazil*, data de 1964 e à sua elaboração não foi estranho o sociólogo Hiroshi Saito.

Os projetos do Governo, principalmente os projetos de irrigação, estão atraindo sociólogos rurais, recrutados para trabalhos de planejamento e avaliação. O Professor José Pastore, por exemplo, trabalha para a ABCAR num projeto de avaliação da extensão rural no Brasil. Continuam como na fase anterior estudos sobre determinadas áreas isoladas. É o caso do Professor Gilberto da Silva Alves que realiza pesquisas na área rural do litoral norte paulista. A estratificação social no meio rural continua sendo objeto de interesse. É uma das áreas de estudo e preocupação do Professor J. V. Freitas Marcondes. O Professor Hélio Galvão, no Rio Grande do Norte, dedica-se a um trabalho de história agrária buscando levantar as técnicas agrárias e a evolução da economia rural a partir de inventários dos séculos XVII e XIX. A família rural é outro objeto de estudo do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo. A Professora Lia Freitas Garcia Fukui estuda a organização da estrutura do grupo familiar em meio tradicional. Um curioso estudo institucional é realizado por Vera Lúcia Alves Batista Marins que analisa os efeitos da legislação social rural nas mudanças sociais do Brasil.

As fontes de financiamento desses trabalhos variam muito. Em São Paulo não há dúvida que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) desempenha papel importante. De um modo geral percebe-se a falta de órgãos financiadores desinteressados. As fontes de financiamento são órgãos do Governo especificamente voltados para o meio rural. A ABCAR é uma exceção. Mas sempre financiando pesquisa de seu interesse. Nem a CAPES nem o CNPq parecem, até o momento, ter voltado sistematicamente sua atenção para o meio rural. É quase escandaloso ouvir de um sociólogo rural experimentado como Freitas Marcondes a seguinte declaração: "Todas as pesquisas no meio rural foram financiadas por mim mesmo"; e Manuel Diêgues Jr. afirma: "Financiamentos ou bolsas nunca recebi. A ajuda sempre decorreu de estudos realizados". Foi assim o caso do trabalho que efetuou para a Cooperativa de Bangüezeiros de Alagoas.

OS ANOS 70

Na década de 70 a preocupação dominante na sociologia rural brasileira foi o desenvolvimento sócio-econômico e suas conseqüências. Isto é, a sociologia rural tornou-se, cada vez mais, uma sociologia agrária, preocupada com as relações entre o homem e a terra e, principalmente, sob a influência do pensamento marxista e pós-marxista, com as relações do trabalho.

A mudança de orientação se justifica pelo aparecimento e expansão, no sul do Brasil, sobretudo em São Paulo e Porto Alegre, de uma sociedade urbano-industrial que passa a polarizar fortemente as migrações internas, alterando, portanto, fundamente suas relações com a sociedade rural e, mais ainda, modificando a própria estrutura desta.

Uma nova fase, portanto, se inaugura. Os estudos de comunidade numa linha descritiva, e as análises de comportamento arcaico e tradicional, numa perspectiva antropológica, não desaparecem inteiramente, continuam a representar instrumentos operacionais e exploratórios, sobretudo o primeiro grupo, para entidades que pretendem atuar no meio rural ou nele interferir de qualquer forma.

Esse tipo de pesquisa operacional torna-se outra característica dessa fase, principalmente no âmbito dos órgãos regionais de desenvolvimento SUDENE, SUDAM, SUDESUL. Muitos desses trabalhos dormem, ainda, nos arquivos dessas entidades e aguardam o pesquisador que, resumindo suas conclusões e avaliando seus métodos e resultados, nos ofereça o balanço desses esforços voltados para problemas práticos, nem por isso menos valiosos.

Muitas dessas pesquisas vêm alimentando, através de convênios e contratos, organizações universitárias e escritórios particulares, cuja multiplicação nas grandes capitais brasileiras é outro fenômeno a ser considerado nesse período. Em São Paulo, cabe destacar, nesse tipo de atuação, o Centro de Estudos Rurais e Urbanos que funciona junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e que executa pesquisas financiadas por entidades administrativas para fins de planificação.¹¹⁸

Além dos citados, outros órgãos públicos foram levados, por determinação superior ou orientação de políticas, a voltarem suas atenções para o meio rural. Foi o caso, entre outros, do Ministério do Interior, no campo das migrações internas. Sobre o assunto, o IBGE promoveu um seminário em 1974 do qual saíram proveitosos estudos dando ênfase, principalmente, aos

aspectos demográficos das migrações internas.¹¹⁹ A preocupação com estes movimentos da população já indica, por si só, a natureza problemática que a sociedade rural passa a revestir para o mundo urbano e industrial e que nada tem a ver com o exotismo de outras épocas.

Foi ainda o IBGE, sob a presidência competente do economista Isaac Kerstenetzky que desencadeou uma das mais importantes pesquisas de âmbito nacional já realizadas entre nós. Trata-se da pesquisa sobre alimentação que abrange áreas rurais e urbanas e cujos resultados começam a vir a lume.¹²⁰

Não só a pesquisa em si, mas seus subprodutos, prometem resultar na elaboração e verificação de sistemas de indicadores; e, além disso, deverão trazer em seu bojo outra pesquisa sobre pobreza rural e urbana.

Como nem sempre esses centros de pesquisa acompanham as linhas rígidas de demarcação disciplinar vigentes no meio acadêmico, ocorre que estudos de sociologia rural, ou versando problemas desta disciplina, são encontrados em entidades que professam orientar-se para outros campos disciplinares. É o caso, por exemplo, do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, já citado, que está emergindo como um grande pólo de estudos agrários no País.¹²¹

Não há dúvida que, ao terminar a década, encontramos, portanto, a continuidade de várias tendências anteriores como a do estudo de comunidades.

O conceito de comunidade vem sendo adotado por diversos órgãos da administração voltados para as mais variadas finalidades, em movimentos de alfabetização como o MOBRAL, em serviços de educação sanitária, em habitação, cooperativismo e planejamento social — o que, por outro lado, abre uma nova frente de trabalho para o sociólogo. As superintendências regionais de desenvolvimento mantiveram ou iniciaram trabalhos dessa natureza. Algumas em grande escala como a SUDAM que orienta uma rede extensa de programas de comunidade na Amazônia e passa agora à sua avaliação numa pesquisa que abrange 40 mil questionários aplicados a tipos variados de informantes nos Estados e territórios da região amazônica.

Vão sendo agora igualmente conhecidos estudos de difusão de técnicas e inovações no meio rural, alguns levados a cabo com a colaboração de sociólogos e antropólogos americanos, ou por iniciativa deles com colaboradores brasileiros.¹²²

O mesmo ocorre com estudos sobre imigração estrangeira e os processos resultantes de colonização em zonas rurais. Entre eles é importante assinalar as contribuições recentes para um maior conhecimento dos italianos, alemães e japoneses que povoaram o interior do Brasil meridional.

A abertura da Amazônia a novas empresas, a construção da Belém-Brasília, da Transamazônica e de outras vias de acesso, a polêmica que daí surgiu entre empresários e ecólogos não podia deixar de exprimir-se na literatura recente.

É curioso que problemas de natureza teórica, ou metodológica, não tenham atraído a atenção dos sociólogos rurais brasileiros. A observação é da Professora Maria Isaura Pereira de Queiroz com a qual concordamos e com a afirmativa seguinte: "Os estudiosos do meio rural brasileiro (seja qual for a sua orientação política e independente dela) estão por demais conscientes das profundas diferenças entre a vida rural e a vida urbana, por demais engajados no processo de transformação da sociedade, por demais ansiosos por dominar uma evolução e orientá-la para fins propostos de acordo com ideais de diverso tipo, para poderem se deixar prender por temas metodológicos e teóricos. A Sociologia Rural brasileira atual se apresenta, pois, como uma disciplina em que o engajamento com a realidade, no sentido mais amplo do termo, é indiscutível!"¹²³

Não encaramos, no entanto, com o mesmo otimismo a expansão da ciência no Brasil. Sua produção atual não encontra proporção com a premência e vastidão dos nossos problemas; com o crescimento do mercado urbano e com a aceleração da industrialização que, ambos, repercutiram duramente na sociedade rural, agravando sua marginalização e dependência; com o processo de proletarianização das populações rurais; com o vulto das obras públicas de infra-estrutura, hidrelétricas, vias de comunicação, açudes que exercem impacto considerável, às vezes, destrutivo sobre as comunidades rurais; com a expansão da exportação de matérias-primas agrícolas e produtos primários, que acentua as dependências externas e os relacionamentos de toda ordem entre uma agricultura outrora fechada ou limitada ao mercado interno e a sociedade internacional de consumo; com a timidez ou o claro retrocesso dos programas de reforma agrária como o PROTERRA e o evidente recuo do sindicalismo rural que contrasta com a expansão de programas assistenciais ou previdenciários como o FUNRURAL.

Nenhum instituto ou centro de estudos está se encarregando de acompanhar sistematicamente esse formidável elenco de problemas. Nem sequer dando cumprimento aos programas, altamente conservadores, traçados

no decênio anterior. O que não espanta face ao descrédito e à marginalização da sociologia no país, mantida graças ao esforço e dedicação de alguns abnegados.

Um levantamento sistemático de pesquisas mostraria, portanto, grandes espaços desérticos. Maria Isaura Pereira de Queiroz, no estudo citado, detectou alguns deles: a estrutura do grupo familiar nas diferentes camadas rurais, e principalmente a posição social da mulher; a estratificação social rural e sua correspondência ou não com a estratificação urbana; os ritmos de vida e os ritmos de transformação nas diversas camadas sociais. . .¹²⁴

Acrescentaríamos a necessidade de conhecer os efeitos do processo de urbanização e industrialização, conjunta ou separadamente, sobre as populações rurais, conforme a região e a estrutura agrária dominante; as transformações sofridas na estrutura social e espacial das comunidades rurais, nos anos recentes, sobretudo devido às grandes obras de infra-estrutura; e, ainda, os novos tipos de comunidade rural que estão aparecendo no país, em função de tudo isso, e, mais, seus efeitos sobre a ecologia.

Os esforços para expansão e legitimação do sindicalismo rural substituíram, de certa forma, nas últimas décadas, a preocupação direta com a reforma agrária. Isto talvez se deva ao fato de ter o Estatuto da Terra (1964) monopolizado a questão, embora se torne cada vez mais aparente que os órgãos criados para executá-lo, talvez por defeitos intrínsecos à lei, obscura, complicada e tecnicizada, vêm falhando no seu objetivo. A revista *Reforma Agrária*, órgão da Associação Brasileira de Reforma Agrária, vem levantando esses problemas e tudo indica que as atenções e pressões de uma opinião mais esclarecida tornem a se voltar para essa magna questão do desenvolvimento brasileiro.

E' evidente que tudo isso exige um apoio técnico e crítico que só poderá partir de centros interdisciplinares de estudo dos problemas agrários. Neles, o sociólogo rural, de visão interdisciplinar, terá de assumir, ao lado de agrônomos, economistas, ecólogos e antropólogos, um papel de relevância. Sob pena de naufragarmos na improvisação, na descontinuidade e no empirismo, — flagelos tradicionais de todas as grandes iniciativas neste país.

(continua no próximo número)

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 – Apud AZEVEDO, Fernando de. *Princípios de Sociologia*. São Paulo, Melhoramentos, 1965. p. 305.
- 2 – Para todo o capítulo uma fonte proveitosa é GARCIA, Rodolfo. História das expedições científicas. In: DICIONÁRIO Histórico, Geográfico e etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922. v.1 p. 856. E ainda mais: sucinto, AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1944. p. 218. Sobre a era colonial ver: ANDRADE, Almir de. *Formação da Sociologia brasileira*. v.1. ————. *Os primeiros Estudos Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1941. p. 17.
Fernando de Azevedo nos seus *Princípios de Sociologia* divide a formação da sociologia brasileira em três fases.
- 3 – ANDRADE . op. cit. nota 2 p. 73-78
- 4 – SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP/MEC, 1960. p. 39-52.
- 5 – SODRÉ. op. cit. nota 4 p. 322
- 6 – ibid. p. 78-79
- 7 – Sobre Antonil ver SODRÉ. op. cit. nota 4 p. 112 e ANDRADE. op. cit. nota 2 p. 76: Sobre Azerêdo Coutinho ver SODRÉ. op. cit. nota 4 p. 53
- 8 – ANDRADE. op. cit. nota 2 p. 39-44
- 9 – SODRÉ. op. cit. nota 4 p. 323-24
- 10 – James Henderson Apud. SMITH. *Brasil, povo e instituições*. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1967. p. 323.
- 11 – SODRÉ. op. cit. nota 4p. 324
- 12 – ibid. p. 325
- 13 – CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1960.
- 14 – FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 3 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1961. p. 117
- 15 – ibid. p. 246-49
- 16 – BASTOS, A. C. Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1939. p. 87

-
- 17 – A memória sobre os meios de promover a colonização acha-se na REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, 2 (1,3) :832, 1941.
 - 18 – SMITH. Brasil. . . op. cit. nota 10 p. 450
 - 19 – Citado em SMITH. Brasil. . . op. cit. nota 10 p. 450
 - 20 – NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Londres, Abraham Kingdom, 1883. p. 32
 - 21 – Apud NABUCO. op. cit. nota 20 p. 54
 - 22 – *ibid.* p. 102
 - 23 – *ibid.* p. 116
 - 24 – *ibid.* p. 149-51
 - 25 – *ibid.* p. 177-78
 - 26 – *ibid.* p. 174
 - 27 – *ibid.* p. 179
 - 28 – COSTA, João Cruz. *História das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1956. p. 142
 - 29 – *ibid.* p. 146
 - 30 – Apud COSTA. *ibid.* p. 156
 - 31 – *ibid.* p. 176
 - 32 – *ibid.* p. 178
 - 33 – *ibid.* p. 179, 216
 - 34 – Apud COSTA. op. cit. nota 28 p. 235-36
 - 35 – *ibid.* p. 236
 - 36 – *ibid.* p. 370
 - 37 – *ibid.* p. 315
 - 38 – *ibid.* p. 248
 - 39 – ROMERO, Sylvio. *Estudos Sociais*. Lisboa, A Editora LTDA, 1912. p. 54-55
 - 40 – *ibid.* p. 56-57

- 41 — *ibid.* p. 82-84
- 42 — *ibid.* p. 89-93
- 43 — A descrição das zonas sociais está em PROVOCAÇÕES e debates. Lisboa, Lelo, 1906, p. 195.
DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Nota sobre a sociologia rural no Brasil. Aspectos de sua formação, desenvolvimento e estado atual. *Sociologia*, 24 (4): 246, dez., 1962.
- 44 — DIÉGUES. *op. cit.* nota 43 p. 252
- 45 — TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo, Ed. Nacional, 1933. p. 144. Compõem-se de artigos escritos em 1912.
- 46 — *Ibid.* p. 190. Sobre Alberto Torres, ver GENTIL, Alcides. *As idéias de Alberto Torres*. São Paulo, Ed. Nacional, 1932.
LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1968. *passim*, livros Apologéticos
- 47 — Apud. SMITH. Brasil. . . *op. cit.* nota 10 p. 30-31
- 48 — *ibid.* p. 31
- 49 — O manifesto regionalista do Recife foi lido no 1o. Congresso Brasileiro de Regionalismo (1926), o primeiro no gênero. Sua 1a. edição é de 1952. a 4a. edição, do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais é de 1967. No prefácio do autor à 4a. edição diz o seguinte: "... esses regionalistas se ergueram revolucionariamente a favor de uma valorização de temas regionais de todo diferente da regionalista-caipirista, e visando antes o fortalecimento de uma arte e de uma literatura pan-brasileiras que a sua fragmentação em artes e literaturas sub-brasileiras."
- 50 — Como é o caso em Sylvio Romero e Arthur Orlando, sobretudo no caso do primeiro o que é transparente no ensaio "que é um caipira?" de *Provocações e Debates*, p. 195 e seguintes
- 51 — Prefácio à 1a. edição, incluído na 14a. edição brasileira de: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1969. v. 1 p. 31.
- 52 — *ibid.* p. 47
- 53 — STAVENHAGEN, Rodolfo. Sociologia del campo en el Brasil. *Foro Internacional México*, 4 (4): 532-51
- 54 — AMARAL, Luís. *História geral da agricultura brasileira*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939. 3 v.
- 55 — AMARAL, Luís. Aspectos fundamentais da vida rural brasileira. *Revista dos tribunais*. São Paulo, 1936. p. 153-170

- 56 – Raimundo de Moraes deixou vários livros entre os quais os mais importantes são *O Anfiteatro Amazônico, Na Planície Amazônica, Cartas da Floresta e Aluvião*.
- 57 – ARAÚJO LIMA *Amazônia – a terra e o homem*. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1937.
IGLESIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e Chapadões*. São Paulo, Ed. Nacional, 1951. 2 v. é outro agrônomo que documenta impressões do interior do Brasil, dando-nos uma espécie de Sociologia vivida.
- 58 – *Terra do sol* é de 1930. Teve seguidores e imitadores. Cf. JULIO, Silvio. *Terra e povo do Ceará*. Rio de Janeiro, Carvalho, 1936.
- 59 – LAMEGO FILHO, Alberto. *A planície do solar e da senzala*. Rio de Janeiro, Católica, 1934.
- 60 – Na impossibilidade de recensar toda a produção bibliográfica e monográfica, remetemos a DIÈGUES, op. cit. nota 43.
- 61 – LEITÃO, Evaristo et alii. O custo de vida do trabalhador rural no Brasil. (Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 1937.
CASTRO, Josué de. *O problema da alimentação no Brasil*. 1939. Continua na mesma linha. Ver comentários em SMITH. Brasil. . . op. cit. nota 10 p. 235
- 62 – LEÃO, A. Carneiro. *A sociedade rural, seus problemas e sua educação*. Rio de Janeiro, A Noite, 1939. Passim.
- 63 – MEDINA, Carlos A. Impasse e perspectivas da Sociologia Rural no Brasil. *América Latina*. Rio de Janeiro, 9(3): 89, 1966.
- 64 – DIÈGUES JÚNIOR, op. cit. nota 43 p. 248
- 65 – A edição é da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1944.
- 66 – Carta ao autor em 29/7/1971
- 67 – PIERSON, Donald & WAGNER, Mário. *Sociologia*, 1948. p. 45-46
- 68 – PIERSON, & WAGNER, op. cit. nota 67. p. 254
- 69 – Publicado em inglês pela Smithsonian, em 1951, só saiu à luz em Português numa edição da José Olympio em 1966.
- 70 – Ver Bibliografia no fim deste estudo
- 71 – A história social brasileira começa também em Capistrano embora, sob a influência de autores alemães, ele talvez preferisse chamá-la história econômica. Ver sua famosa página sobre a civilização do couro e a estrutura agrária na Colônia em *Capítulos de História Colonial*. p. 28.

- 72 – LOPES ANDRADE. *Introdução à Sociologia das sêcas*. 1948.
- 73 – SMITH. op. cit. nota 10
- 74 – O *Diário* foi publicado na 1a. e 2a. edições americanas e suprimido na 3a. Dada sua importância metodológica, resolvemos incluí-lo no livro *Organização Rural*, onde reunimos artigos e ensaios do mestre sobre o Brasil e a América Latina.
- 75 – Ver bibliografia
- 76 – SMITH. op. cit. nota 10 p. 26
- 77 – ibid. p. 27
- 78 – ibid p. 27
- 79 – É bom lembrar também que o Censo de 1950 trouxe grande volume de informações sobre a população rural e sobre a agricultura, dados esses que serão analisados e explorados no decorrer do decênio por demógrafos, economistas e sociólogos sobre os censos, ver SMITH, *Brasil. . . op. nota 10 p. 27*
- 80 – RAPOSO, Ben-Hur. *Condições de vida na agricultura*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Política Agrária, 1955
CALDEIRA, Clóvis. *Arrendamento e Parceria no Brasil*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Política Agrária, 1955
CASTELLO BRANCO, João. *Técnica de Produção*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Política Agrária, 1955.
- 81 – RIOS, José Arthur. Relatório. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*. 6(8): 16-17, jan/jun., 1959.
- 82 – BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. *Missões rurais de educação; a experiência de Itaperuna*. Rio de Janeiro, 1952. Passim
- 83 – ROMERO, Sylvio. *Provocações e Debates*. op. cit. nota 50 p. 195-204.
- 84 – PIERSON & WAGNER. op. cit. nota 64 p. 41
- 85 – ibid. p. 41-42 Cf. SMITH, Lynn. *Brasil. . . op. cit. nota 10 p. 39* e seguintes onde enumera algumas designações do homem do campo.
- 86 – DIÊGUES JR. op. cit. nota 43 p. 252
- 87 – Ver, por exemplo, STEIN, Maurice R. *The Eclipse of Community*. New Jersey, Princeton University Press, 1960. Para uma tentativa de atualização do estado do conceito de comunidade e sua aplicação no Brasil ver. RIOS, José Arthur. *Popular Participation and Community Development in Brazil*. ONU, 1978.
- 88 – *Sociologia*. op. cit. nota 43. Passim.

- 89 – ROMERO, Sylvio. op. cit. nota 50 p. 205.
SMITH. op. cit. nota 10 p. 33
- 90 – PIERSON & WAGNER. op. cit. nota 67 p. 47-48
- 91 – BORGES, Pompeu Accioly. A reforma agrária no Brasil. *Desenvolvimento e Conjuntura*. Rio de Janeiro, 3(6), 1959.
RIOS, José Arthur. A propriedade da terra no Brasil Colônia. *Digesto econômico*. 66, 1950.
_____. A posse e o posseiro. *Digesto econômico*. 70, 1950.
_____. Reforma agrária e colonização. *Síntese Política, Econômica e Social*. 2, 1959.
MARCONDES, J. V. Freitas. As missões rurais e a sindicalização rural. *Arquivos de Direito Social*. 1959. v. 10
RURAL Levels of Living and Occupation in the Paraitinga Valley. 1959.;
- 92 – O estudo de Orlando Valverde "Os sertões e as serras – O centro-oeste do Ceará" (1952) foi originalmente concebido para determinar a localização de uma missão rural na CNER.
- 93 – Lynn Smith, por exemplo, tratou dos sistemas agrícolas, objeto de igual preocupação de Waibel e dos geógrafos agrários. Ver Brasil. . . op. cit. nota 10 p. 399 e seguintes. A consideração dos sistemas agrícolas é central nos estudos de Willems sobre assimilação e aculturação dos imigrantes europeus.
- 94 – FAO. Seminário Latino Americano sobre o problema da terra. São Paulo, 1953
- 95 – SEMINÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. 1,2, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro, Confederação Nacional da Indústria, Serviço Social da Indústria, Divisão de Estudos e planejamento. 1959.
- 96 – Nestor Duarte que também foi um dos primeiros a assinalar-se com um Projeto de reforma agrária apresentado ao Congresso Nacional escreveu *a Ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo, Ed. Nacional. 1939.
- 97 – O livro de CARVALHO, Orlando M. *Política do Município*. Rio de Janeiro, Agir, 1946.
- 98 – Entre os livros de Câmara Cascudo, avulta seu *Dicionário do Folclore brasileiro*. 2 ed. 1962. Fonte preciosa de informações sobre a cultura tradicional e as sub-culturas brasileiras.
- 99 – LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1967. p. 101.
- 100 – Nas publicações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. (ISEB), criado durante o Governo do presidente Juscelino Kubitschek, como, por exemplo, em: RAMOS, A. C. Verreiros. *A redução sociológica*, 1958 e em CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. 1958.
- 101 – CENTRO LATINO AMERICANO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS.

- Resistência à Mudança. In: ANAIS do Seminário Internacional. Rio de Janeiro, 1959. Rio de Janeiro, 1960. p. 7
Nessa publicação acham-se reunidas as principais contribuições ao seminário
- 102 – SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE AS CIÊNCIAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE RURAL NO BRASIL. *Anais*. Rio de Janeiro, Serviço Social Rural, 1960. p. 215, 225, 229.
- 103 – DIÉGUES. op. cit. nota 43 p. 252-53
- 104 – A primeira pesquisa orientada pelo padre L. J. Lebrete teve por objeto o Estado de São Paulo. LEBRET, L. J. *Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo*. São Paulo, SAGMACS. 2 v. A segunda abrangeu a região da bacia Paraná-Uruguaí.
LEBRET, L. J. *Necessidades e possibilidades dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná*. São Paulo, SAGMACS, 1958. 3 v.
- 105 – DESENVOLVIMENTO municipal e níveis de vida nos estados do Rio de Janeiro, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba. Rio de Janeiro, SSR, 1958-60,
- 106 – DESENVOLVIMENTO municipal e níveis de vida no estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro, SESI, 1962.
- 107 – REVISTA BRASILIENSE, São Paulo, 29 (43), maio/jun., 1960, set./out., 1962. Ver SILVA, José Gomes da. *Bibliografia sobre região agrária*. São Paulo, ABRA, 1971.
- 108 – COMITÉ INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (CIDA). *Posse e uso da terra e desenvolvimento sócio-econômico do setor agrícola-Brasil*. Washington, D. C. União Pan-Americana, Secret. Geral da Organização dos Estados Americanos, 1966,
- 109 – HEWITT, Cynthia M. Brazil; the Peasant Movement in Pernambuco, 1961-1964. In: LANDSBERGER, Henri A. *Latin American Peasant Movements*. Ithaca, Cornell University Press, 1969. p. 374-391.
Na mesma obra bibliográfica sobre as ligas.
- 110 – FEDER, Ernest. Societal Opposition to Peasant Movements and its Effects on Farm People in Latin American. op. cit. nota 109 p. 399-450. Ver também CIDA op. cit. nota 110.
- 111 – DIÉGUES Jr. Manuel. *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP/MEC, 1964. Passim
_____. *Etnias e culturas no Brasil*. 1956.
_____. *População e açúcar no Nordeste*. 1954.
_____. *Sobre o coqueiro e o coco* (1957) e muitos outros.
- 112 – RIOS, José Arthur. *O ICT na vida sindical brasileira; uma avaliação*. São Paulo, Instituto Cultural do Trabalho, 1966.

- 113— GALJART, Benno F. *Itaguaí: Old Habits and new Patterns in a Brazilian Land Settlement*. Wageningen, Center For Agricultural Pub. & Doc. 1968.
 ROCHE, Jean. *La colonisation Allemande et le Rio Grande do Sul*. Paris, Université de Paris, Institut des Hautes Études de L'Amérique Latine, 1959.
- 114— SEMINÁRIO, op. cit., nota 95. Passim
- 115— MEDINA, Carlos Alberto. O papel do sociólogo rural. *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, São Paulo, (3) nov., 1970. (Série 1)
- 116— Sobre a parceria ver as importantes considerações de PRADO JR. Caio. Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense*. São Paulo, (28), 1960.
- 117— Alguns títulos de projetos de tese em fase de elaboração: CHALOUT, Ives. *Educação, alienação e anomia em Candelária, RS*; RANCICH, Norma Beatriz. *Migração e fatores sócio-econômicos em Candelária, RS*; HILBERT, João Celso. *Nível de vida numa comunidade rural do Rio Grande do Sul*; DARÓS, Gilda. *Uma área-demonstração de reforma agrária; objetivos e situação atual*; GIULIANI, Bernardino. *Análise de orçamentos familiares urbanos e rurais*; Porto Alegre e Santa Maria RS; TOMASINI, Roque. *Estudo comparativo dos proprietários arrendatários e o uso de crédito rural nos municípios de Carazinho e Não-me-Toques, RS*. Outros subsídios para a pesquisa podem ser encontrados na lista elaborada por SCHUH. *Research on Agriculture: Development in Brazil*. New York, The Agriculture Development Council Suc, 1970. p. 133 e seguintes. Subscrevemos, aliás, suas sugestões quanto à orientação geral da pesquisa em Ciências rurais. *ibid* p. 96
- 118— QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Novas orientações da Sociologia Rural no Brasil*. São Paulo, 1974. Separata da *Revista Ciência e Cultura* 26 (7)
- 119— FUNDAÇÃO IBGE. *Encontro brasileiro de estudos populacionais*. Rio de Janeiro, Diretoria de Divulgação, 1976.
- 120— ————. *Consumo alimentar; antropometria, Dados preliminares*. Rio de Janeiro, 1977.
- 121— Entre esses estudos, algumas teses de doutorado, destacamos:
 REIS, Ana Maria Bianchi dos. *Integração do operário de origem rural na sociedade urbano-industrial da grande Porto Alegre*. 1971.
 SCHERER, Ilse. *Associativismo e sindicalismo rural no RS*. 1972.
 CHALOUT, Norma Beatriz. *Processo migratório rural-rural*. 1972.
 HANSEN, David Oliver. *Relação entre posse e uso da terra e status social nas áreas rurais da região colonial no Brasil*. 1973.
 BRUMER, Anita. *Sindicalismo rural e participação dos agricultores em sindicato em Candelária, RS*. 1971.
 GABOARDI, Luci de Lima. *Aspirações educacionais e ocupacionais da família rural*. Garibaldi, RS, 1971.

- STULP, Valter José. Planejamento de uma empresa rural-rural típica. Estrela, RS, 1971.
- 122 – A título de exemplo. FLIEGEL, F. C. Literacy and Exposure to Instrumental Informations Among Farmers in Southern Brazil. *Rural Sociology*, 31(1), 1966. e FLIEGEL, F. C. & OLIVEIRA, F. Corrêa. *Receptividade a idéias novas e êxodo rural numa área colonial*. Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRS, 1963. Ver também SMITH. *Organização rural*. São Paulo, Pioneira, 1971. p. 99
- 123 – QUEIROZ,, Maria Isaura P. de. op. cit. nota 118 p. 640
- 124 – ibid. p.640